

# JUDICIARIUM

Órgão de divulgação do Poder Judiciário do Estado de Sergipe • Ano XIII - Edição 95 - Dezembro de 2013



## MULHER

Exposição fotográfica e campanha abordam a violência contra a mulher



## CONFRATERNIZAÇÃO

Natal do Judiciário reúne centenas de famílias no Centro de Aracaju

# Herdeiras do Tráfico

Envolvimento com o tráfico de drogas é o que mais leva mulheres ao único Presídio Feminino de Sergipe. Veja como elas começam uma nova história mesmo depois de abandonadas



Comunicação conquista quatro prêmios nacionais e recebe troféu das mãos do jornalista Caco Barcelos

SOU VOLUNTÁRIO,

SOU



Ser  
Humano

PROGRAMA DE APADRINHAMENTO

apoio:



realização:

Coordenadoria  
da Infância e da  
Juventude  
3226-3877 / 3226-3878



PODER JUDICIÁRIO  
DO ESTADO DE SERGIPE



## EDITORIAL

Euler Ferreira

Nesta edição da revista *Judiciarium*, nossa equipe de reportagem mergulhou no universo do único Presídio Feminino de Sergipe, onde mais de 80% das detentas foram presas por envolvimento com o tráfico de drogas. O curioso é que as histórias se repetem porque a maioria delas acabou abandonada pelo companheiro. Apesar de toda a tristeza por estarem longe da família, principalmente dos filhos, elas contam como pretendem recomeçar a vida.

Você também poderá conferir como o TJSE termina 2013 em relação às metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e conhece quais são os desafios para o próximo ano. Uma das boas notícias é que a Comunicação do TJSE terminou o ano como a mais premiada do Brasil, conquistando o primeiro lugar em três categorias do *Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça* e também vencedora da categoria Mídia das Assessorias dos Tribunais no *IX Prêmio AMB de Jornalismo*.

Este ano ainda foi marcado pelo 25º aniversário da chamada 'Constituição cidadã' e quem conversou conosco sobre isso foi o Desembargador Edson Ulisses, Vice-Presidente do TJ. Como esta edição fecha 2013, não poderíamos deixar de mostrar a festa que já entrou para o calendário dos aracajuanos: a celebração natalina que acontece no Memorial do Judiciário há seis anos. E para começar bem 2014, confira a dica da psicóloga do Centro Médico do TJ sobre como concretizar a tradicional listinha de início de ano. Aproveite a leitura!



### 06

Encontro Nacional do Judiciário define metas para 2014



### 10

TJSE premia cerca de 500 servidores



### 19

Desembargador Cezário Siqueira Neto assumirá vaga no TRE

**14** Seminário Comunicação e Justiça chega à quarta edição

**30** Direito ao voto do preso sentenciado, *por Edson Ulisses de Melo*

**32** Projeto do TJSE discute aposentadoria, *por Sheilla Oliveira e Edivani Panta*

**34** Saúde do Servidor: a importância dos exames de rotina

**36** Acontece, *por Denise Rambo*

**38** Dicas de livros

#### REVISTA JUDICIARIUM

Órgão de divulgação do Poder Judiciário do Estado de Sergipe

Planejamento e produção

Diretoria de Imprensa do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

**Diretor** EULER FERREIRA **Chefe da Divisão de Imprensa** LUCIANO AUGUSTO **Editores** JANAINA CRUZ (DRT 857/SE), LUCIANO ARAUJO (CONRERP MG/BA 1759 - DRT 1611/SE) **Reportagens** DENISE RODRIGUES, DENISE RAMBO, LUCIANO ARAUJO, MAÍRA SILVEIRA (estagiária) **Fotografias** ANDRÉ HYLLING, DENISE RODRIGUES, LUCIANO ARAUJO **Projeto gráfico e editoração** EDUARDO LINS **Revisão** RONALDSON SOUSA **Impressão** LICEU GRÁFICA E EDITORA **Tiragem**: 1.000 exemplares

**Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe**

Praça Fausto Cardoso, 112 - Centro - Aracaju, SE - 49080-010

Fone: (79) 3226-3100 - E-mail: dircom@tjse.jus.br - www.tjse.jus.br

# “É necessário que os brasileiros conheçam a Constituição”

*Desembargador Edson Ulisses de Melo fala sobre os 25 anos da Constituição brasileira*

Há 25 anos, o Brasil viveu um momento ímpar, que marcou a transição entre ditadura e democracia. No dia 5 de outubro de 1988, o Congresso Nacional promulgou a nova Constituição Federal. Para falar sobre as conquistas que a Carta Magna trouxe para os brasileiros, a revista *Judiciarium* entrevistou o Vice-Presidente do TJSE, Desembargador Edson Ulisses de Melo. Na época, ele atuava como advogado do Banco do Nordeste e acompanhou todo o processo de democratização do país. Depois, foi Presidente e também Vice-Presidente da OAB Sergipe. Chegou, ainda, à Presidência de quatro importantes comissões do Conselho Federal da OAB: Direitos Humanos, Combate à Violência, Seguridade Social e Estudos da Legislação Processual. Tomou posse como Desembargador do Judiciário sergipano no dia 12 de maio de 2008, após encabeçar a lista sêxtupla da eleição realizada pela OAB. Nesta entrevista, ele fala sobre os avanços que a Constituição trouxe para os brasileiros, ressalta a importância da proteção aos grupos indígenas, comenta sobre as emendas e conta quais são os seus artigos preferidos. Confira!

**REVISTA JUDICIARIUM** – Que lembranças o senhor tem da época em que a Constituição foi elaborada?

**EDSON ULISSES DE MELO** – Eu me formei em 75. Então, na época, eu já atuava, era advogado

do Banco do Nordeste do Brasil e morava em Salvador. Lembro que havia uma expectativa muito grande daqueles grupos que trabalharam na mudança, saindo do regime de força para o regime democrático. A movimentação da sociedade, principalmente dos grupos de esquerda, era no sentido de produzir uma Constituição com avanços para a sociedade, mas em contrapartida tinha a influência muito forte da direita, que procurava encravar na Constituição as suas teorias, contrariando o grupo que transformou o país de um regime ditatorial para um regime democrático. Uma forma de sair desse confronto foi colocar na Constituição determinados dispositivos que seriam regulamentados posteriormente. Tanto é que existem inúmeros artigos que dependem de regulamentação por lei complementar. Muitos juristas afirmavam que a Constituição, por ter essa dependência, foi chamada de paraplégica, ou seja, estava escorada nessa legislação complementar. Muito embora, Ulysses Guimarães ao proclamar a nova Constituição a chamou de Constituição Cidadã.

**JUDICIARIUM** – Como foi aquele 5 de outubro de 1988?

**EUM** – Foi um dia de grande expectativa nacional. Recordo-me que quando Ulysses Guimarães anunciou a Constituição Cidadã no Congresso Nacional foi um motivo de muito júbilo, festa e

alegria. Era um avanço para o país porque saímos da Constituição de 69, chamada de Constituição, mas na verdade foi uma Emenda, para uma Constituição originária de um Congresso Constituinte. Mesmo não sendo uma Assembleia Nacional Constituinte Originária, era uma conquista. Na ocasião, muito se questionou esse Congresso Constituinte porque se dizia que não havia legitimidade. O correto seria uma Assembleia Constituinte Originária, ou seja, com parlamentares escolhidos especificamente para elaborar a Constituição.

**JUDICIARIUM** – Na sua opinião, quais foram os principais avanços que a Constituição de 88 trouxe para os brasileiros?

**EUM** – Em virtude do contexto que o Brasil vivia, saindo de um golpe militar, os maiores avanços foram os direitos essenciais. A transformação de um regime ditatorial para um Estado Democrático de Direito. Outras conquistas vieram, como a menor intervenção no campo econômico, que propiciou uma maior liberdade aos empresários para produzirem, gerando riqueza para o país, os direitos relativos ao meio ambiente, o respeito às terras indígenas, o Código de Defesa do Consumidor, a criação da Defensoria Pública, entre outras medidas.

**JUDICIARIUM** – O senhor destacou a questão indígena, inclusive sua avó materna era da

*“Em virtude do contexto que o Brasil vivia, saindo de um golpe militar, os maiores avanços foram os direitos essenciais.”*



*comunidade Xocó. Como a Constituição pode avançar nesse tema?*

**EUM** – A questão indígena é de resgate. Todos sabemos que as terras brasileiras pertenciam aos índios e com a civilização a terra foi sendo, de certa forma, expropriada desses primeiros habitantes. E isso trouxe para essas comunidades perdas irreparáveis, até com extinção de algumas etnias. O processo civilizatório foi muito cruel com esses grupamentos. O índio sofreu, não só no Brasil, como em outros países, quase que um extermínio porque não se valorizou a cultura dele. Eu acho que a Constituição trouxe um aceno muito forte para que a cultura indígena seja, se não preservada de uma forma desejada, mas pelo menos com a garantia de alguns direitos, como

a demarcação de terras indígenas.

**JUDICIARIUM** – Nesses 25 anos, a Constituição recebeu mais de 70 emendas. Na sua opinião, isso é positivo?

**EUM** – As emendas, muitas delas, são necessárias como uma forma de redirecionar o pensamento do Congresso. Outras, porém, representam retrocesso. Por exemplo, a Emenda 45, que criou o controle do Poder Judiciário, de onde se originou o CNJ, foi um avanço. Isso porque o Poder Judiciário passou a ter uma maior efetividade com o controle pelo CNJ. Os processos andaram mais rápido, algo que era um grande anseio da sociedade. Outra emenda constitucional que causou uma polêmica muito grande foi a que tratou da reforma da previdência, a Emenda 20. Já a Emenda 16 deu

a governadores e prefeitos o direito à reeleição e a Emenda 41 criou o sistema de remuneração por subsídio. Existem outras que até hoje lutam para se efetivar, como a reforma do sistema tributário.

**JUDICIARIUM** – O que é necessário para que a população conheça mais a Constituição?

**EUM** – Há um dispositivo na própria Constituição que determina que ela seja editada e distribuída para todos os brasileiros. Ocorre que isso não acontece. É necessário que se dê ao povo brasileiro a oportunidade de conhecer sua Constituição porque isso é uma forma de dar cidadania. Mostrando a cada um não só os seus direitos, como os seus deveres. A forma dessa aproximação entre a Constituição e o povo deve ser feita não só com a distribuição dessa carta política, que é a proteção do cidadão contra os abusos do Estado.

**JUDICIARIUM** – Existe um artigo da Constituição que o senhor poderia destacar?

**EUM** – O artigo quinto, que fala sobre os direitos e deveres fundamentais e coletivos. Para mim, é a regra de ouro. Ele diz que todos são iguais perante a lei. Outras Constituições também contemplavam os direitos fundamentais, mas a Constituição de 88 ampliou esses direitos de uma forma considerável. Posso destacar também o artigo primeiro, que estabelece as bases da República Federativa do Brasil. O Brasil se constituiu em um Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. Enfim, no capítulo 1 se encontram regras da maior importância, os princípios fundamentais da Constituição.

*“As emendas, muitas delas, são necessárias como uma forma de redirecionar o pensamento do Congresso.”*

# Encontro nacional define metas do Judiciário para 2014

*Em 2013, o TJSE cumpriu três das cinco metas estabelecidas e ficou bem próximo de alcançar 100% nas duas restantes*



**C**ombater a corrupção, reduzir o congestionamento de processos, distribuir a força de trabalho e julgar ações coletivas são objetivos das cinco metas aprovadas para Justiça estadual em 2014. Elas foram definidas durante o *VII Encontro Nacional do Judiciário*, que aconteceu em novembro, em Belém (PA). Além das metas, os representantes de todos os tribunais e Conselhos do Brasil aprovaram como macrodesafios do Judiciário brasileiro o aprimoramento da gestão da Justiça Criminal e o fortalecimento da segurança do processo eleitoral.

O Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe, Desembargador Cláudio Déda, compareceu ao encontro e avaliou como positiva a escolha das metas. “Das 5 metas aprovadas, uma já nasce cumprida, que é a meta que trata da estruturação do quadro pessoal. Já as outras, são metas de produtividade, que o nosso Tribunal tem tradição no cumprimento”, ressaltou.

Já o Diretor de Planejamento do TJSE, Erick Andrade, refletiu sobre os ‘Macrodesafios do Poder Judiciário para o período de 2015 a 2020’. “Como já estamos maduros e

evoluídos com o planejamento 2009/2014, esses novos macrodesafios serão preparados e adequados para ser uma evolução permanente na melhoria da qualidade dos diversos serviços prestados pelo Judiciário sergipano”, analisou Erick.

Também ficou definida como diretriz prioritária do Poder Judiciário para 2014 orientar programas, projetos e ações para aperfeiçoar os serviços judiciários de primeira instância e equalizar os recursos orçamentários, patrimoniais, de tecnologia da informação e de pessoal entre primeiro e segundo graus. A cerimônia de encerramento foi presidida pelo Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Francisco Falcão, que defendeu a manutenção da Rede de Governança Colaborativa, que envolve Tribunais de todas as regiões do país, para implementação e execução do novo plano estratégico do Judiciário. O TJSE é o representante do Nordeste nesta rede.

A Corregedora Geral da Justiça sergipana, Desembargadora Suzana Maria Carvalho, deu sua contribuição ao encontro participando das palestras e reuniões setoriais. O TJSE também foi representado pelo Juiz gestor do Departamento de Precatórios, José Pereira Neto e a Juíza Corregedora, Anuska Rocha Souza. Durante o encontro, ocorreu uma reunião paralela do *Fórum Nacional de Comunicação e Justiça*, sobre a política de comunicação nos Tribunais, que contou com a participação do Chefe da Divisão de Jornalismo do TJSE, Luciano Andrade.

*Presidente do TJSE, Des. Cláudio Déda (à direita), compareceu ao encontro e avaliou como positiva a escolha das metas para 2014*



## VEJA COMO O TJSE CUMPRIU AS METAS ESTABELECIDAS PARA A JUSTIÇA ESTADUAL EM 2013

|                                                                                                                                                                                                |                                                                                                                                                                                                                                                     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Meta 1:</b> julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013.                                                                                                           | A Corregedoria, gestora da Meta, constatou que o TJSE é o primeiro colocado no país, com o índice de 125% de julgamentos.                                                                                                                           |
| <b>Meta 2:</b> julgamento de 90% dos processos da Justiça Militar nos Estados ingressados até 2008, no 1º e 2º Graus.                                                                          | <b>100% cumprida</b>                                                                                                                                                                                                                                |
| <b>Meta 18:</b> identificar e julgar, até 31/12/2013, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2011. | O índice atingido foi superior a 80%. Além de abranger processos complexos, foi necessário realizar uma reclassificação para identificar todos os feitos enquadrados pela meta, fato que provocou constantes mudanças nos índices a serem buscados. |
| <b>Meta 16:</b> fortalecimento do Controle Interno                                                                                                                                             | <b>100% cumprida</b>                                                                                                                                                                                                                                |
| <b>Meta 17:</b> desenvolver nacionalmente Sistemas Efetivos de Licitação e Contratos                                                                                                           | <b>93% de cumprimento</b>                                                                                                                                                                                                                           |

## CONHEÇA AS CINCO METAS APROVADAS PARA A JUSTIÇA ESTADUAL EM 2014

|                                                                                                                                                                                                                                               |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Meta 1:</b> julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014.                                                                                                                                           |
| <b>Meta 2:</b> julgar até 80% dos processos distribuídos até 2010, em primeira instância; julgar até 80% dos distribuídos até 2011, na segunda instância; e julgar 100% dos distribuídos até 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais. |
| <b>Meta 3:</b> estabelecer e aplicar parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com a garantia de estrutura mínima das unidades da área fim.                                               |
| <b>Meta 4:</b> identificar e julgar, até 31 de dezembro de 2014, todas as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2012.                   |
| <b>Meta 5:</b> identificar e julgar até 31 de dezembro de 2014 as ações coletivas distribuídas até 31 de dezembro 2011, no primeiro grau, e até 31 de dezembro de 2012, no segundo grau.                                                      |

# Dez instituições conhecem Planejamento Estratégico do TJSE

*Quinto encontro anual foi marcado pela troca de experiências com outros órgãos públicos*



“Cultura fortalecida: a integração é a melhor estratégia” foi o tema do V Encontro Anual do Planejamento Estratégico do TJSE e que reuniu representantes de dez instituições, dos âmbitos estadual e federal. Os convidados puderam conhecer como funciona o planejamento estratégico do Judiciário sergipano e também apresentar os primeiros resultados de uma produtiva parceria, como foi o caso da superintendente da Polícia Civil de Sergipe, delegada Katarina Feitoza.

Ela destacou a importância do apoio oferecido pelo TJSE para a construção do Planejamento Estratégico da Polícia Civil. “Comecei a perceber que se o nosso Tribunal é referência nacional, o Planejamento Estratégico também poderia dar certo na Polícia Civil. O Tribunal contribuiu muito para essa nova visão, esse pensar estratégico e essa busca da gestão por resultados”, contou a delegada.

Também participaram como convidados do evento, realizado em agosto, representantes da OAB, Ministério

Público de Sergipe, Defensoria Pública, Justiça Federal, Tribunal de Contas, Tribunal Regional do Trabalho, Tribunal Regional Eleitoral, Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e Associação dos Escrivães Judiciários. “Integração é a palavra-chave deste encontro. Toda colaboração advinda de agentes internos ou externos pode contribuir para os nossos projetos estratégicos”, enfatizou o Presidente do TJSE, Desembargador Cláudio Déda.

O Desembargador Cezário Siqueira Neto, Presidente do Comitê Gestor do Planejamento Estratégico, lembrou que há cinco anos, quando o Planejamento Estratégico do TJSE foi iniciado, ele achava difícil que as metas fossem cumpridas. “Mas temos visto que o planejamento tem surtido efeito e as metas estão sendo cumpridas com percentuais mais altos do que os fixados pelo Conselho Nacional de Justiça”, comemorou, acrescentando que a integração é o grande detalhe do projeto porque cria a cultura do trabalho interdisciplinar.



Planejamento Estratégico

## CONFIRA ALGUMAS INFORMAÇÕES QUE FORAM APRESENTADAS DURANTE O V ENCONTRO ANUAL DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:



*"A Corregedoria tem feito grandes esforços para cumprir a Meta 18, relacionada ao julgamento de ações de improbidade administrativa. Estamos visitando as Varas que concentram o maior número desses processos para saber das necessidades dos Juízes".* **Francisco Alves Júnior, Juiz Corregedor**



*"Atualmente, nosso Planejamento Estratégico tem 13 objetivos, 35 projetos e 50 metas. É emocionante ver essa evolução".* **Erick Andrade, diretor de Planejamento do TJSE**



*"Recebemos cerca de 12 mil caixas de processo por ano. Mas, em 2005, quando o Arquivo foi inaugurado, a capacidade total previa o recebimento de 70 mil caixas. Atualmente, estamos com cerca de 125 mil caixas de processos. Ou seja, o Projeto de Gestão Documental é muito importante para desafogar o Arquivo Judiciário".* **Bruno Ludovice, chefe do Arquivo Judiciário**



*"Nossa meta é implantar o processo eletrônico, até 2014, em 90% das unidades jurisdicionais de Sergipe e no 2º grau".* **Romualdo Prado, diretor de Modernização do TJSE**



*"Quando eu iniciei minha carreira, o Juiz não tinha interferência no cartório e cada um seguia uma metodologia de trabalho. Minha ideia de gestão era a de organização e método. Sempre gostei disso e procurei aplicar nos meus locais de trabalho. Quando o Tribunal resolveu disciplinar a distribuição dos processos, possibilitou o resultado que temos hoje, a excelência".* **Desembargadora Aparecida Gama, Presidente do Comitê Gestor de Tecnologia**

*O encontro teve início com a apresentação de crianças que lembraram aos participantes sobre os pequenos milagres da vida. A manhã continuou com a explanação de projetos estratégicos e exibição de vídeos que mostram o trabalho do Judiciário*

## OPERANDO MILAGRES

Entre as apresentações dos projetos estratégicos do TJSE, a Diretoria de Comunicação exibiu vídeos gravados com pessoas que recorreram ao Judiciário sergipano e tiveram os pleitos atendidos de forma célere. O objetivo foi mostrar a importância do trabalho que é oferecido à sociedade e como as decisões podem operar verdadeiros milagres na vida dos cidadãos. Confira ao lado trechos de alguns deles:



### Adriana Lohana

*Entrou com processo pedindo mudança de nome e o sexo mesmo sem ter feito cirurgia.*

*"Vanguardista o Tribunal de Justiça de Sergipe, a partir do Desembargador-Relator do meu processo, Ricardo Múcio, que deu o voto favorável. Ele coloca que a dignidade da pessoa humana e a questão do direito à personalidade estão na pessoa. E, automaticamente, por decisão unânime e inédita no nosso Estado, em novembro de 2012 eu recebo o acórdão que dizia que eu me chamava Adriana Lohana dos Santos e que meu sexo era feminino".*



### Maria Raimunda

*Procurou a 16ª Vara Cível – Juizado da Infância e Juventude para adotar uma garota.*

*"Sempre tive o desejo de ter uma filha, mas Deus me concedeu dois homens. Há seis anos conheci uma criança, chamada Beatriz, que me chamou atenção e eu abracei a causa dela. Corri no Juizado e em pouco tempo Beatriz, definitivamente, já estava no nosso lado, sem nenhuma barreira. A audiência foi rápida e o processo foi célere. Foi uma mudança de vida, foi realmente um milagre".*



### Terezinha Pessoa de Andrade

*Por conta de um problema de saúde, necessitava fazer exames caros e urgentes.*

*"Eu contei meu caso ao Juiz, ele chamou a secretária e já mandou resolver. Falam que quem procura a Justiça demora muito, mas pensei, o importante é que eu já comecei a andar. Com oito dias, a moça ligou para mim, fui até o Juiz, em São Cristóvão, e depois de um mês o exame já estava liberado. Graças a Deus, estou viva para contar a história. Só tenho a agradecer o Tribunal de Justiça e sou feliz porque sei que se eu precisar mais uma vez serei bem atendida".*

## TJSE premia cerca de 500 servidores que tiveram bom desempenho em 2012

*A premiação está no quinto ano e já foi recomendada para outros Tribunais*



Você já tentou dar um laço em um cordão utilizando apenas uma das mãos? Vai ser bem difícil. E se um colega te ajudar, usando só uma mão também? A tarefa será cumprida em um tempo menor e com mais perfeição. Essa dinâmica, utilizada durante a cerimônia *Destaques 2012* do TJSE, em setembro, mostrou porque cerca de 500 servidores foram contemplados com uma premiação por produtividade: souberam trabalhar em equipe para cumprir uma tarefa. Também foram premiados três servidores autores de projetos e práticas inovadoras que contribuíram para melhorar a prestação jurisdicional.

“A premiação é um estímulo para que todos continuem trabalhando para dar uma maior celeridade aos

processos. É importante tanto para o Poder Judiciário quanto para a sociedade. Este é o quinto ano e a premiação não é, e nunca foi, um projeto isolado. É onde as administrações procuraram investir dentro de um modelo de modernização judiciária”, afirmou o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cláudio Déda.

Cada servidor das unidades mais produtivas – avaliadas com critérios objetivos e revisados anualmente – recebeu uma premiação equivalente ao salário base de um Técnico Judiciário da letra A, ou seja, R\$ 2.318,30. A servidora Paula Cecília Primo Ferreira da Silva, lotada no gabinete do Desembargador Luiz Mendonça, que ganhou como Unidade Criminal do 2º Grau e como coautora de



*Após a dinâmica dos laços, o Presidente do TJSE, Des. Cláudio Déda, entregou os troféus para Juízes e servidores das unidades jurisdicionais mais produtivas e também para autores de práticas e projetos que contribuem para celeridade processual*

Projetos Inovadores, garantiu que a premiação faz com que a sociedade tenha certeza de que a Justiça será prestada com celeridade. “É um orgulho ver o bom resultado de todo o trabalho desenvolvido no ano de 2012”.

O Juiz da 12ª Vara Cível da Comarca de Aracaju, Marcos Pinto, unidade que venceu em todas as edições da premiação, explicou que o segredo para a obtenção dos resultados é o empenho da equipe, a dedicação e a busca de sempre aperfeiçoar o trabalho desenvolvido. “Quanto mais estimulados, os servidores trabalham melhor e quem ganha de fato é quem

procura o Judiciário”, ponderou o magistrado.

Segundo o diretor de Planejamento e um dos responsáveis pela gestão do prêmio, Erick Andrade, os resultados obtidos vão além da premiação das categorias e isso se reflete na melhoria geral no desempenho das unidades jurisdicionais. “Infelizmente só podemos premiar uma unidade por categoria. Mas os parabéns vão para todas as demais, pois, depois da instituição da premiação, 70% das unidades melhoraram o seu desempenho”, comentou o diretor. Antes de receberem os troféus, os vencedores assistiram à palestra

“Trabalhando para a Otimização de Resultados”, proferida pelo Coach, Newson Fonseca.

### Exemplo

A premiação dos servidores do TJSE foi recomendada pelos Assessores de Gestão Estratégia dos Tribunais de todo país na Carta de Brasília, em evento realizado no Conselho Nacional de Justiça, em dezembro de 2008. Já em 2011, recebeu premiação na *XI Mostra Nacional de Qualidade do Poder Judiciário*, evento sediado no Tribunal Superior Eleitoral, na capital federal.

# Comunicação do TJSE termina 2013 com quatro prêmios nacionais

*Diretor atribuiu os bons resultados ao empenho, união e profissionalismo da equipe*



O ano de 2013 foi marcante para a Comunicação do Tribunal de Justiça de Sergipe. No *Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça*, realizado no dia 11 de outubro, em São Paulo, chegou ao primeiro lugar em três categorias: Programa de TV Regional, com o *Sergipe Justiça*; Projeto Temático, com o *Projeto Informe Legal*; e na categoria Voto Popular com o *Projeto São João Vertical*. Já no *IX Prêmio AMB de Jornalismo*, que aconteceu no dia 24 de setembro, em Brasília, venceu a categoria Mídia das Assessorias dos Tribunais, com uma matéria da revista *Judiciarium* sobre a rotina dos Oficiais de Justiça.

Para o Diretor de Comunicação do TJSE, o jornalista Euler Ferreira, os resultados demonstram o empenho, união e profissionalismo da equipe. “Tenho um enorme orgulho dos que fazem a Diretoria de Comunicação do Tribunal de Justiça. Os quatro prêmios representam o atestado de competência de uma equipe formada por alguns dos mais talentosos profissionais da Comunicação de nosso Estado”, enfatizou. Já Luciano Andrade, chefe da Divisão de Jornalismo, lembrou que os prêmios também mostram a importância da Comunicação no Judiciário.

“Na estrutura nacional do Poder Judiciário, o trabalho de comunicação é meio invisível. Geralmente, só é valorizado num momento de crise e, mesmo assim, apenas o trabalho de assessoria de imprensa, que é um dos produtos de comunicação. Uma premiação como essa serve para responder a uma pergunta que rotineiramente

costumamos ouvir: o que faz a Comunicação? A Comunicação serve para construir a imagem positiva de um Poder e, para isso, apenas reportagens são insuficientes. Os projetos vencedores conversam diretamente com a sociedade sobre a importância do Poder Judiciário sergipano”, explicou Luciano.

Com os resultados do *Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça*, a Diretoria de Comunicação do TJSE fechou a edição 2013 com o maior número de troféus. Com o segundo lugar ficaram empatados o Tribunal Superior Eleitoral e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), cada um com dois troféus. Em 2012, o TJSE já havia conquistado o 3º lugar no *Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça*, na categoria Projeto Institucional, também com o *Informe Legal*.

No *Prêmio da AMB*, a jornalista Janaina Cruz, autora da matéria vencedora, concorreu com uma reportagem sobre os conflitos gerados pela disputa territorial entre povos indígenas e não indígenas, publicada na *Revista Argumento*, do TRF5, e com uma matéria sobre a nova política de resíduos sólidos, veiculada no programa *STJ Cidadão*, do Superior Tribunal de Justiça. Em 2010, Janaina já havia conquistado o terceiro lugar nacional no *Prêmio AMB de Jornalismo*, com a reportagem ‘Juizes ajudam no tratamento de viciados’, que abordava o trabalho de magistrados sergipanos no combate às drogas.



Vice-presidente do TJSE, Des. Edson Ulisses, comemorou a premiação junto com a equipe da Dircom. À direita, o editor e a repórter do programa Sergipe Justiça, Luciano Andrade e Denise Rodrigues, receberam o troféu das mãos do jornalista Caco Barcellos. Janaina Cruz recebeu o troféu das mãos do Ministro do STF Ricardo Lewandowsky e do presidente da AMB Nelson Calandra



## CONHEÇA OS PROJETOS VENCEDORES DO PRÊMIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO E JUSTIÇA



### INFORME LEGAL



Nasceu em 2010 para ampliar o conhecimento sobre a estrutura, atividades e funcionamento do Poder Judiciário em Sergipe. Com uma linguagem rápida, fácil e objetiva, a publicação é entregue em locais de grande movimento, como unidades de ensino, terminais de ônibus e feiras livres, sempre acompanhado de apresentações teatrais.

### PROGRAMA SERGIPE JUSTIÇA



É um dos produtos da Diretoria de Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. O programa nasceu em 2006, durante a gestão da Desembargadora Marilza Maynard. Além de mostrar ações do TJSE, traz matérias sobre temas relacionados à Justiça, como direitos do consumidor e adoção. É apresentado pelo jornalista Euler Ferreira.

### SÃO JOÃO VERTICAL



Foi um concurso junino organizado pela Diretoria de Comunicação do TJSE, no ano de 2012. A intenção foi incentivar a integração através do apelo popular da festa mais tradicional do Nordeste, o São João. Os servidores decoraram cada setor do Palácio da Justiça e Anexos Administrativos e, na véspera do São João, fizeram um verdadeiro arraial.



Quer ler a matéria vencedora do Prêmio AMB de Jornalismo? Utilize um aplicativo leitor de QR code no seu smartphone, aproximando a câmera do código acima.

A presidente do Fórum Nacional de Justiça, jornalista Rosângela Sanches, anunciou, durante IX Congresso Brasileiro de Comunicação e Justiça (Conbrascom), em São Paulo, a escolha de **Aracaju** como sede do evento em **2014**, previsto para acontecer nos dias **31 de julho e 1º de agosto**, quando estarão reunidos na capital sergipana assessores de comunicação de todo o sistema judiciário do Brasil.

Foto: André Moreira

# TJSE realiza quarta edição do Seminário Comunicação e Justiça

*Evento reuniu mais de 200 estudantes e profissionais das áreas de Jornalismo e Direito*

O trabalho da TV Justiça, a cobertura jornalística no julgamento do caso PC Farias e a importância da conciliação foram alguns dos temas discutidos durante o IV Seminário de Comunicação e Justiça, organizado pela Diretoria de Comunicação do TJSE. O evento aconteceu nos dias 3 e 4 de outubro e reuniu estudantes e profissionais das áreas de Jornalismo e Direito de Sergipe. Quem participou do seminário enfatizou a importância de se discutir o tema “Comunicação e Justiça”.

O jornalista goiano João Carmargo Neto, que é dono de uma empresa que presta assessoria de imprensa, explicou que a sua participação no seminário faz parte de uma pesquisa sobre jornalismo jurídico. “Por tradição de uma certa erudição daqueles que fazem parte do Judiciário, ainda existe uma dificuldade deste público em se comunicar. Todo evento que tem como objetivo aproximar a Justiça de jornalistas é importante e uma forma de mostrar aos comunicadores quais são os termos jurídicos, como são os ritos judiciais e até demonstrar que os magistrados são pessoas acessíveis”, analisou João.

Quem abriu o seminário foi o Assessor de Comunicação do

Tribunal de Justiça de Alagoas, Maikel Marques. Ele falou sobre a preparação, o atendimento à imprensa e a cobertura jornalística do julgamento do ‘Caso PC Farias’, um dos processos criminais mais rumorosos da Justiça brasileira. “Como se sabe a linguagem jurídica não é acessível a todos. Seminários como esse servem para que os comunicadores compreendam melhor como funciona o Judiciário”, opinou Maikel.

Para a jornalista e assessora parlamentar Aline Braga, a palestra de abertura mostrou os detalhes de como deve ser a atuação de um bom assessor. “Às vezes ficamos preocupados com o macro e esquecemos de pequenas coisas que são muito importantes. E o Maikel pontuou a prática de como é lidar com uma situação especial”, elogiou Aline. Para o Diretor de Comunicação do TJSE, Euler

Ferreira, “o Judiciário sergipano precisa estar próximo da sociedade e essa é a tarefa do nosso departamento”.

Já o Presidente do TJSE, Desembargador Cláudio Déda, participou da abertura do seminário e disse que quando ingressou no Judiciário, em 1980, não havia esse contato com a sociedade. “São outros tempos, de abertura, transparência e o TJSE vem fazendo a sua parte através da nossa Diretoria de Comunicação”, constatou o Presidente. Já o Desembargador Edson Ulisses de Melo, Vice-Presidente do TJSE, lembrou que esse tipo de evento serve para quebrar um tabu que existe de que o juiz só fala nos autos.

## Segundo dia

O segundo dia do seminário foi aberto pela Juíza Dauquiria de Melo Ferreira, que coordena o Centro Judiciário de Solução de

*Na abertura do seminário, o Pres. do TJSE, Des. Cláudio Déda, acompanhado do assessor de Comunicação do TJAL, Maikel Marques (à esquerda), da Coordenadora de TV do STJ, Mari-Angela Heredia da Costa, e do Chefe da Divisão de Jornalismo do TJSE, Luciano Andrade*



*A Juíza Coordenadora da Mulher do TJSE, Adelaide Moura, participou de uma mesa redonda com a Promotora de Justiça Euza Missano (à esquerda) e com a delegada de Polícia Viviane Pessoa (à direita). Já a Juíza Dauquiria de Melo respondeu perguntas da plateia sobre conciliação*

Conflitos e Cidadania do TJSE. Na palestra, ela falou sobre o advento da conciliação e mediação, conceitos, diferenças entre as modalidades de solução de conflitos e a estrutura montada pelo Poder Judiciário sergipano para a prática da conciliação. Para a advogada Valmiris de Souza, a palestra foi muito importante. “Conheço a sistemática de outros Estados e vejo que em Sergipe a relação entre juízes, advogados e partes é mais simplificada. Inclusive a conciliação se faz de forma mais natural. Parabéns pela iniciativa deste Tribunal por levar o conhecimento sobre a instituição a um público tão diversificado”, enalteceu a advogada.

Dando sequência à programação do Seminário, o chefe da Divisão de Jornalismo da Diretoria de Comunicação do TJSE, Luciano Andrade, apresentou os projetos desenvolvidos para divulgar os trabalhos do Judiciário, tanto para o público interno quanto externo. Foram exibidas edições do *Programa Sergipe Justiça*, que é transmitido pela TV Justiça e por emissoras locais, além da

apresentação de outros projetos, como o *Informe Legal*. Também foram divulgadas as campanhas desenvolvidas para o público interno, cujo foco é a valorização dos servidores em datas específicas.

A programação da tarde foi aberta pela Coordenadora de TV do Superior Tribunal de Justiça, Mari-Ângela Heredia da Costa. Com uma experiência de mais de 30 anos na área de comunicação, ela mostrou como é fazer televisão no âmbito judiciário e destacou a criação do TV Justiça, em 2002, como um marco na disseminação das atividades do Judiciário e na sua aproximação com a sociedade.

“Hoje, o grande desafio é comunicar as decisões do Judiciário, já que a palavra de ordem é a transparência, mas através de uma linguagem mais acessível à população”, analisou a jornalista.

O segundo momento da tarde foi reservado para uma mesa redonda sobre o papel do Judiciário, Ministério Público e Polícia. A Juíza Coordenadora da Mulher, Adelaide Moura, abriu os

debates destacando o papel da comunicação nos Tribunais. “Não adianta para nenhum Poder ficar inserido dentro do seu castelo. É importante divulgar, esclarecer, educar porque quando isso é feito se distribui conhecimento com relação aos direitos e deveres”, enfatizou Adelaide.

A Promotora Euza Missano, responsável pela Promotoria da Saúde, parabenizou o TJSE pela iniciativa com a promoção do evento, destacando o papel do profissional da comunicação para o Ministério Público. “É imprescindível hoje a simbiose que existe entre o labor do MP e o trabalho da imprensa, para que as informações e esclarecimentos sejam melhor processados pela sociedade, inclusive, desmistificando o que a gente chama de juridiquês, ou seja, os termos mais complexos do ramo do Direito”.

Já a Delegada de Polícia, Viviane Pessoa, coordenadora das Delegacias de Aracaju, demonstrou satisfação em falar para profissionais do Direito e da Comunicação, mas em especial para estudantes sobre o papel da polícia.

# Exposição fotográfica e campanha abordam a violência contra a mulher

*Ideia é chamar a atenção para o problema sensibilizando a população*

‘Colorindo a dor’ foi o tema da exposição fotográfica organizada pela Coordenadoria da Mulher do TJSE com o objetivo de usar a arte para conscientizar a população, especialmente os homens, sobre a triste realidade das mulheres e famílias que sofrem ou sofreram com a violência doméstica. Outro marco da Coordenadoria, no mês de novembro, foi a adesão do Poder Judiciário à campanha *Lazo Branco – Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher*.

As fotos da exposição foram feitas por alunos e ex-alunos do curso de fotografia do Studio D. Inicialmente, foram expostas no hall de entrada do Fórum Gumersindo Bessa, em Aracaju, e também no Shopping Prêmio, em Nossa Senhora do Socorro. “As fotos estão surpreendentes. O tema foi absorvido pelos fotógrafos. Acredito que a arte consegue seu objetivo, pois nada nela passa despercebido, mesmo cada um dando a sua interpretação subjetiva”, afirmou a Juíza Coordenadora da Mulher, Adelaide Martins Moura.

Um das alunas do curso de fotografia do Studio D, a enfermeira Cristiani Ludmila, que teve uma foto selecionada para a exposição, explicou que esta é uma forma diferente de

tratar o tema da violência doméstica contra a mulher e as suas nuances. “Na minha fotografia, eu procurei representar a violência psicológica e patrimonial que geralmente antecede a física”, explicou.

Para o Presidente do TJSE, Desembargador Cláudio Déda, o resultado foi o melhor possível. “As imagens transmitem uma realidade de violência física e psicológica que precisam ser conhecidas e exterminadas”, comentou. O trabalho que culminou na exposição teve início no mês de agosto, quando a psicóloga Sabrina Duarte Cardoso, da Coordenadoria da Mulher do TJSE, realizou palestras no Studio D para debater os conceitos relacionados à violência doméstica contra a mulher com os fotógrafos.

## Laço branco

O TJSE também aderiu à *Campanha Brasileira do Laço Branco – Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher*. Para a Juíza Coordenadora da Mulher, Adelaide Moura, o TJSE não poderia ficar de fora de uma campanha mundial. “Esta é mais uma ação e papel do Tribunal: inserir esse debate na sociedade. Agradeço o apoio da Mesa Diretora em todos os projetos da coordenadoria, o trabalho incansável das nossas





*O texto de abertura da exposição (à esquerda) foi escrito pela Juíza Aposentada e poetisa Norma Vieira. As fotos foram produzidas por alunos e ex-alunos do curso de fotografia do estúdio de Daniel Barboza (abaixo)*



servidoras e a contribuição da Diretoria de Comunicação”.

Segundo o Presidente do TJSE, as mulheres conseguiram, ao longo da história, grandes feitos. “O que falta agora é acabar de vez com a violência doméstica. E isso passa pela conscientização dos homens de que em mulher não se bate. A adesão à campanha do Laço Branco é mais uma contribuição que o TJSE dá a esta causa”, emendou o magistrado.

Ainda durante a programação da campanha, a equipe da Coordenação da Mulher visitou alguns locais para a entrega do laço branco, entre eles o Comando da Polícia Militar, a Secretaria de Defesa Social do Município de Aracaju (que reuniu os seus órgãos vinculados, como a Defesa Civil, a SMTT e a Guarda Municipal), o Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher e a Vara de Execução de Penas Alternativas (Vempa).

De acordo com o coronel Maurício Lunes, comandante-geral da PM em Sergipe, aderir à campanha do Laço Branco representa o dever constitucional de proteger o cidadão, principalmente as mulheres vítimas de violência. “O comando irá transmitir à tropa, homens e mulheres, a intolerância da corporação com relação à violência doméstica contra a mulher”, prometeu Lunes. “Nada melhor do que trazermos esses parceiros que atuam nas ruas para que adiram à luta contra a violência a mulher”, concluiu a Secretária de Defesa Social de Aracaju, Georlize Teles.

*Coordenadora da Mulher do TJSE, Adelaide Moura, coloca laço branco no Cel. Enilson Aragão, Comandante da Guarda Municipal de Aracaju*



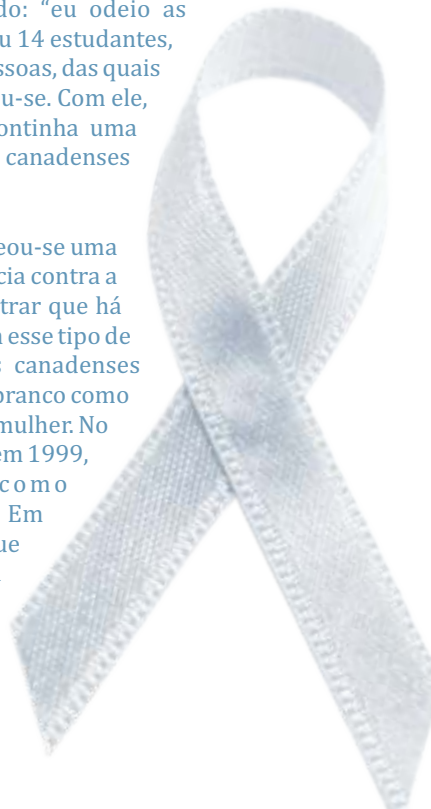
*“O que falta agora é acabar de vez com a violência doméstica. E isso passa pela conscientização dos homens de que em mulher não se bate.”*

*Des. Cláudio Déda,  
Presidente do TJSE*

## ***Você sabe como surgiu a campanha do Laço Branco?***

No dia 6 de dezembro de 1989, um homem de 25 anos, Marc Lepine, entrou armado na Escola Politécnica de Montreal, no Canadá. Em uma sala de aula, ele ordenou que os homens (aproximadamente 50) se retirassem. Assassinou 14 mulheres e depois saiu atirando pelos corredores e outras dependências da escola, gritando: “eu odeio as feministas”. Desta forma, ele matou 14 estudantes, todas mulheres. Feriu ainda 14 pessoas, das quais 10 eram mulheres. Depois suicidou-se. Com ele, foi encontrada uma carta que continha uma lista com nomes de 19 feministas canadenses que ele também desejava matar.

A partir dessa data, desencadeou-se uma série de discussões sobre a violência contra a mulher. Como uma forma de mostrar que há homens que não compactuam com esse tipo de violência, um grupo de homens canadenses criou a campanha e definiu o laço branco como símbolo da não violência contra a mulher. No Brasil, essa Campanha teve início em 1999, tendo a Rede de Homens como responsáveis pela coordenação. Em 2007, foi criada a Lei 11.489, que instituiu o 6 de dezembro Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.



# Desembargador Cezário Siqueira Neto será membro do TRE

*Pleno do TJSE o escolheu por aclamação e a posse deverá ocorrer em janeiro*

A partir de janeiro de 2014, o Desembargador Cezário Siqueira Neto deixa a direção da Escola Judicial de Sergipe (Ejuse) para assumir uma vaga de Desembargador do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE/SE). A escolha por aclamação aconteceu durante sessão administrativa do Pleno do Tribunal de Justiça de Sergipe, no dia 11 de dezembro. O novo membro agradeceu a confiança dos seus pares em indicar o seu nome para ocupar a vaga da Desembargadora Aparecida Gama, atual Presidente do TRE.

“A Presidência do TRE cabe a um dos desembargadores que compõem aquela Corte, mediante eleição por votos dos seus membros. Isso só pode ser resolvido quando eu tomar posse em janeiro”, explicou o novo membro do TRE. Ele disse, ainda, que os desafios são naturais à função do magistrado, que deve estudar os casos, proferindo bem as decisões que colaborarem para a boa realização das próximas eleições.

Ele lembrou que existem metas individuais e coletivas a serem alcançadas. “Individualmente, julgar bem,

obrigação de todo magistrado. Coletivamente, cumprir as diretrizes do Colegiado, do TSE e do CNJ. A Justiça sergipana, seja qual for o segmento, é extremamente eficiente. Basta verificar que todos os pleitos eleitorais transcorrem com absoluta tranquilidade”, comentou o Desembargador Cezário, que já foi membro do TRE no biênio 1998-2000.

Natural de Propriá, cidade do Baixo São Francisco sergipano, ele se formou em Direito pela Universidade Federal de Sergipe e iniciou a carreira como Assessor de Desembargador no TJSE, até ser aprovado em concurso para Promotor de Justiça, em 1988. No ano seguinte, obteve aprovação em concurso para Juiz, exercendo os primeiros cinco anos de magistrado na Comarca de Boquim. Foi elevado ao cargo de Desembargador pelo critério de merecimento, tomando posse no dia 12 de dezembro de 2005.

## Homenagem

O Desembargador Cezário Siqueira Neto recebeu do Tribunal Regional do Trabalho 20ª Região, no dia 16 de dezembro, a Medalha da Ordem Sergipana do Mérito Trabalhista. “Essa



*Cezário Siqueira Neto chegou ao cargo de Desembargador no dia 12 de dezembro de 2005, pelo critério de merecimento*

homenagem é algo que nos deixa contente e satisfeito porque é o reconhecimento do trabalho em prol da Justiça do nosso Estado”, ressaltou o Desembargador Cezário. Ao todo, foram homenageadas 17 pessoas, entre magistrados, políticos, servidores e advogados, que se destacam em suas funções.

# HERDEIRAS DO TRÁFICO

## REPORTAGEM

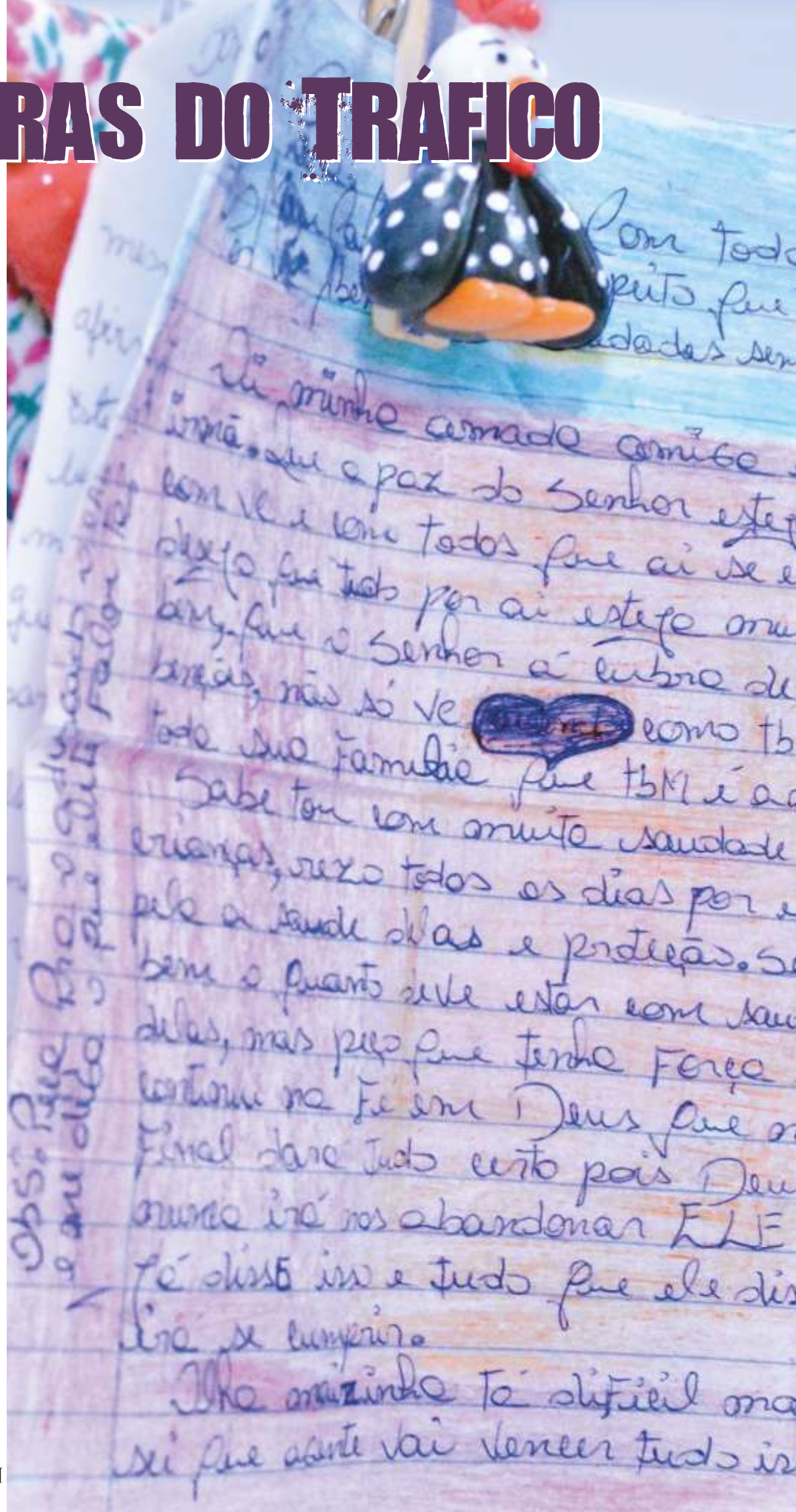
Janaina Cruz

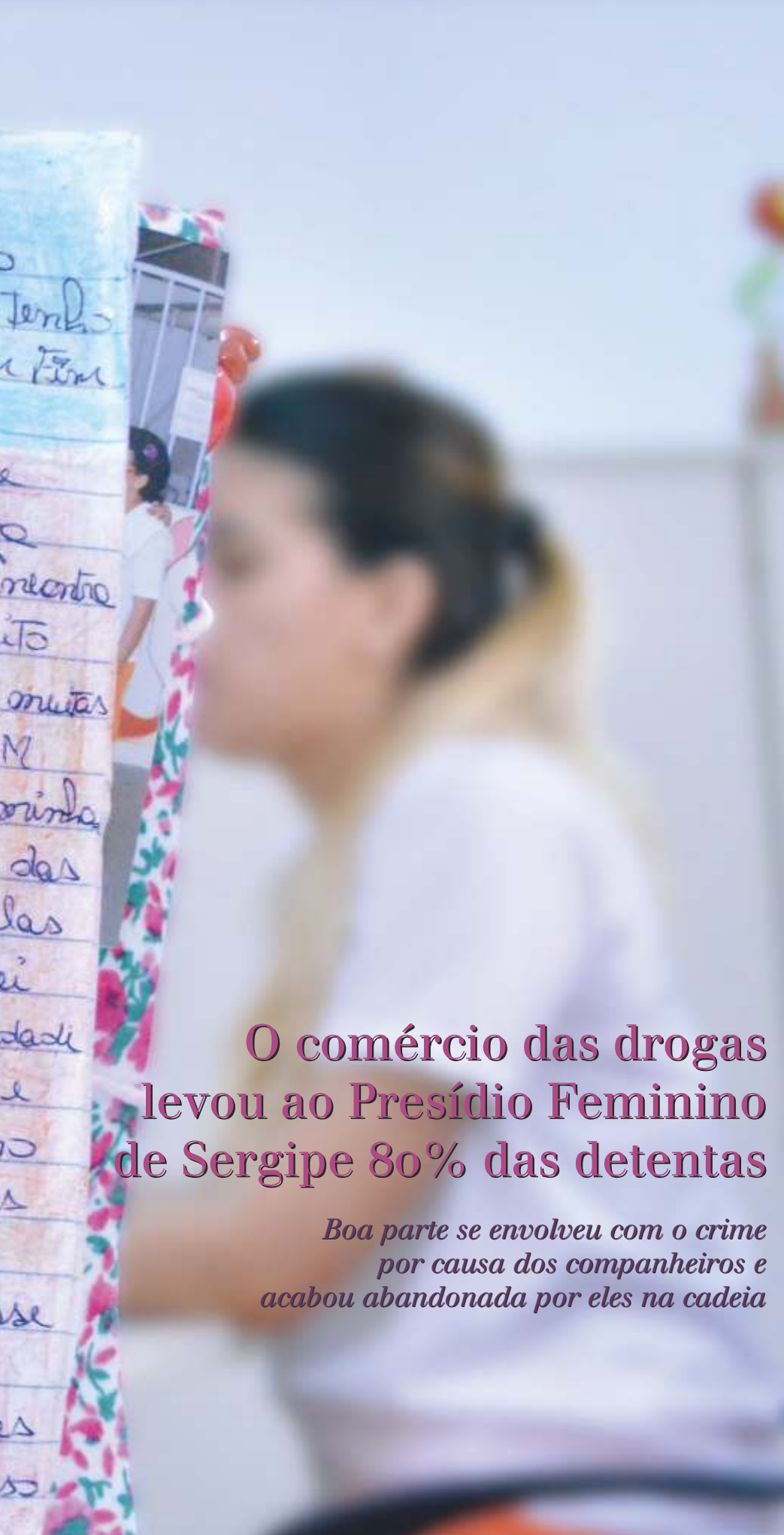
## FOTOS

Denise Rodrigues

## ARTE

Eduardo Lins





## O comércio das drogas levou ao Presídio Feminino de Sergipe 80% das detentas

*Boa parte se envolveu com o crime por causa dos companheiros e acabou abandonada por eles na cadeia*

**E**ra para ser só uma festa de aniversário. Muita bebida, comida, música alta e gente jovem à beira de um rio. Mas o dia 11 de maio de 2012 vai ficar marcado para sempre na memória de C.I., de 23 anos. Ela, o namorado e mais seis pessoas acabaram presos por tráfico de drogas. “Eu gostava de festa, mas nunca fui envolvida com malandragem. Quando a gente se conheceu, o povo comentava que ele traficava. Mesmo assim começamos a namorar e logo fomos morar juntos. Eu não tinha consciência da gravidade do que poderia acontecer”, confessou C.I..

Mas foi assim que ela entrou para uma triste estatística: cerca de 80% das 262 mulheres que hoje estão no único presídio feminino de Sergipe acabaram lá por conta do tráfico de drogas. Nos últimos três anos, 220 mulheres foram condenadas no Estado por esse crime. Umas foram presas junto com o companheiro, como foi o caso de C.I., outras levaram drogas para o marido na cadeia, muitas herdaram a ‘boca de fumo’ e algumas serviram de ‘mulas’, trazendo droga do Sudeste do país para Sergipe.

O pior é que o número só cresce, segundo o Juiz Hélio Mesquita, da Vara de Execuções Criminais do Tribunal de Justiça de Sergipe, e também conforme a diretora do Presídio Feminino, Lília Melo. “Em setembro de 2009, eu tinha aqui 80 mulheres. Terminamos 2010 com 170. Temos, hoje, 262, sendo 222 provisórias e 40 condenadas.

E acho que até o final deste ano, chegaremos a um total de 300”, calculou Lilia, lembrando que o presídio tem uma capacidade para 175 detentas.

“A exemplo da população carcerária masculina, a feminina também cresce, inclusive com um percentual muito maior”, comentou o Juiz. Ele ainda chamou atenção para o fato do aumento da criminalidade em Sergipe. “Hoje há uma migração de traficantes para o Nordeste devido a uma série de dificuldades de articulação da segurança pública. Existem mulheres que se envolvem no tráfico porque o marido, o irmão e até mesmo o filho está preso. Outras optam mesmo por isso e até se servem dos filhos para dar suporte ao tráfico, sabendo que a lei sobre o adolescente é um pouco mais branda. E há as que são vinculadas a alguma facção criminosa de fora do Estado”, analisou o Juiz.

A diretora do presídio também chama atenção para a faixa etária das internas, que têm entre 18 e 35 anos, em média, e da facilidade em vender a droga. “As mais jovens se deixam influenciar e quando o companheiro vai preso, elas ficam tomando conta do ponto. Das que estão presas por tráfico, mais da metade vive em comunidades onde a venda de drogas é grande. Muitas têm quatro, seis filhos pequenos. Então, cuidar dos filhos em casa e ter o consumidor que vai até sua porta comprar é fácil. Elas querem usufruir desse dinheiro”, comentou Lilia.

*“Comecei a  
levar droga  
para ele na  
cadeia. É fácil,  
não vou  
mentir. Ele  
vendia lá  
dentro e todo  
o dinheiro  
vinha para  
minha mão”*

*A.M., 34 anos*





## ABANDONADAS

*Enquanto nos presídios masculinos a visita íntima abrange 70% dos internos, no feminino o índice não chega a 10%*

Outro grande desgosto para as detentas é o abandono por parte do companheiro. Das 262 mulheres que estão no Presídio Feminino de Sergipe, somente 17 – uma média de 6,5% do total das internas – recebem visita íntima de parceiros homens ou mulheres que vêm de fora da cadeia. A diferença é gritante quando comparada aos presídios masculinos de Sergipe, onde cerca de 70% dos internos recebem visita íntima, conforme a Secretaria de Estado da Justiça (Sejuc). Ainda existem no Presídio Feminino cinco casais formados entre detentas, que participam da visita íntima toda sexta-feira. Cerca de 40 presas não recebe visita alguma, ou seja, 15% do total da unidade.

“A mãe é quem, geralmente, não abandona. Mas tenho um caso aqui que a mãe é evangélica e não visita a filha porque não aceita o que ela fez”, conta a diretora do presídio. “A mulher é mais abandonada. O homem tem a companheira que tira a cadeia por ele. Quando ela é presa, acaba deixando os filhos com a mãe ou tias”, relatou Lília.

Quando C.I. e o namorado foram presos, ficaram mais de três meses sem qualquer tipo de comunicação. “Eu me senti abandonada. Esperava um pouco mais dele. Na rua, ele me mostrava ser outra pessoa”. Depois de trocarem algumas cartas, C.I. decidiu cortar os laços. “Tomei a iniciativa que não ia escrever mais. Mesmo presa, eu posso fazer algo por mim. Hoje tudo que eu tenho é minha família”. O pai a visita constantemente e a mãe liga uma vez por mês.

O Juiz Hélio Mesquita lembra que a primeira coisa que a mulher perde ao ser presa é o marido. “Depois o pai, o filho. Ao contrário do que acontece com o homem, as mulheres acompanham os maridos até o final. É só resgatarmos da memória as imagens de rebelião em presídios masculinos. Na frente estão as mulheres, disputando o espaço com policiais, com a cavalaria. O encarceramento feminino por esse aspecto é muito pior”, conclui o magistrado.

A.M. tem três filhos, de 19, 13 e 4 anos. A mais velha viu a mãe sendo presa, no dia 20 de agosto de 2008, e também foi levada pela polícia. Depois disso, passou a morar nas ruas e chegou a ficar um ano em uma unidade socioeducativa. O de 13 anos ficou com o avô. “Minha filha se revoltou e ficou morando na rua, nos sinais de trânsito. Começou a usar drogas. Disseram para mim que agora ela está morando com um rapaz. Minha mãe não me visita e meu pai passa meses sem aparecer. Quem me dá carinho é minha mãe Lília”, disse A.M. referindo-se à diretora do presídio.

O filho mais novo dela mora com uma tia por parte de pai. “Ela é quem paga o colégio particular e plano de saúde do meu filho. Ele me chama de ‘mãe outra’ e diz que eu moro na casa da polícia. Fico seis meses, um ano sem ver meu filho”. O ex-marido já teve outras três mulheres enquanto estava na cadeia. “Agora ele está morando com outra na rua. Eles não deixam nunca a vida do crime e eu não quero isso para mim”, garantiu A.M..



*“Ao contrário do que acontece com o homem, as mulheres acompanham os maridos até o final. É só resgatarmos da memória as imagens de rebelião em presídios masculinos. Na frente estão as mulheres”*

*Hélio Mesquita, Juiz da VEC*



## COMO RECOMEÇAR?

*O trabalho dentro da cadeia ajuda a ocupar o tempo e pensar em novas perspectivas*

Presa desde agosto de 2008, tudo indica que A.M. vai sair da cadeia em 2014. Apesar do sonho de trabalhar com alimentação, fazendo salgados e doces para vender, ela tem um sentimento atípico entre as detentas: não quer sair da cadeia. “Estou assustada com a liberdade, acho que vou ter medo de atravessar a rua”. Mas, na verdade, A.M. já começou sua vida dentro do presídio. “Eu procuro fazer daqui meu mundo, eu não vegeto”.

“Trabalho, tomo conta da lavanderia, faço curso de reciclagem, costura, estou terminando o ensino médio, tenho minhas amigas. Estou feliz”, completou. Mas essa felicidade também tem outro motivo: na cadeia, A.M. reencontrou o amor. “Eu tinha uma ideia de voltar para meu ex-marido só para me vingar. Mas aqui encontrei uma pessoa decente, que me dá carinho, atenção, conselhos para o bem. Ela levantou minha autoestima e me tornou uma pessoa mais calma”, relatou A.M. falando sobre a namorada, que tem 24 anos e está presa por homicídio.

Já C.I. ocupa o tempo dando aulas de alfabetização, organizando a biblioteca do presídio e entregando livros às colegas. “Diminui o estresse do dia a dia, de estar trancafiada em um presídio. Ajuda muito. Estou inscrita no curso de cabeleireira e meu sonho quando sair daqui é ir morar com minha mãe em Portugal. Quero ficar mais perto da minha família porque eles não me abandonaram”, sonha C.I..

Se o trabalho dentro da cadeia é importante para ocupar a mente das internas, tanto quanto a realização de cursos profissionalizantes, pensar em uma assistência para elas no mundo lá fora é algo que preocupa a diretora do presídio. Ela

participa de um comitê nacional de planejamento de políticas para detentas, formado por profissionais de várias partes do Brasil. Eles começaram a elaborar, em maio de 2012, o *Plano Nacional de Políticas para Mulheres em Situação de Prisão e Egressas*, que será lançado pela Presidenta Dilma em 8 de março de 2014, Dia da Mulher.

“Por que o Estado não consegue recuperar seus presos? A culpa é de quem? Por isso, o plano. Estamos definindo para quem vamos encaminhar essas mulheres quando elas saírem daqui, nas áreas de saúde, educação e trabalho”, adiantou Lilia. Para o Juiz da VEC, Hélio Mesquita, a sensação ao pensar no futuro das internas é de impotência. “A sensação que eu tenho é de que estamos todos, nós e elas, desamparados. O Estado não tem cumprido seu papel de socializar essas mulheres e reinseri-las na sociedade. Então, o sentimento é de impotência porque, obviamente, quase ninguém escolhe deliberadamente essa vida. Se tivessem outras oportunidades, talvez conseguissem se desenvolver por outro caminho”, desabafou o Juiz.

Justamente a facilidade de ganhar dinheiro entrando com drogas para o marido na cadeia foi o que levou A.M., de 34 anos, para atrás das grades. Quando ela o conheceu, ele já estava preso. “A gente se falou a primeira vez por telefone e eu tive curiosidade de visitá-lo. Como eu tinha dificuldade de trabalhar, cuidando de dois filhos, comecei a levar droga para ele na cadeia. É fácil, não vou mentir. Ele vendia lá dentro e todo o dinheiro vinha para minha mão. Eu conseguia assim tirar o sustento para mim e para os meus filhos”.

### Desgosto

Quando questionada se o dia de sua prisão foi o mais triste dos seus apenas 23 anos, C.I. parou alguns segundos e, com os olhos cheios de lágrimas, deu uma resposta surpreendente: “o dia mais triste da minha vida foi quando vi minha mãe entrar aqui no presídio”. Elas não se veem há mais de um ano, pois a mãe mora em Portugal, onde trabalha como cabeleireira. “Mesmo longe, minha mãe tinha um sexto sentido, avisava para eu ter cuidado”.

A interna J.D.S., de 37 anos, também diz que sua maior tristeza é o desgosto que deu à família. Ela foi presa a primeira vez, por tráfico, em fevereiro de 2007 e só saiu da cadeia em setembro de 2009. “Quando saí da cadeia, minha família me recebeu de braços abertos. Meu irmão me deu uma casa na Atalaia Nova. Todos me perdoaram. Eu era feliz e não sabia”. Mas ela acabou se envolvendo com outro homem que também vendia drogas. “Eu tinha



*“Eu não tinha consciência da gravidade do que poderia acontecer”*

*C.I., 23 anos*

conhecimento, mas não queria isso para mim. Dava conselho, mas ele era cabeça dura. Eu terminava, mas acabava voltando porque ele me ameaçava. O que eu tinha mais medo era decepcionar minha família novamente”.

Quando foi presa pela segunda vez, em agosto de 2011, o companheiro assumiu para a polícia que era o dono da droga. Mesmo assim, J.D.S. voltou para o presídio. “Ele mandou uma carta para mim pedindo desculpas e também pediu desculpas para minha mãe e irmãs. A minha maior tristeza foi quando chegou minha família toda no Denarc, olhando para mim algemada”. J.D.S. tem três filhos: 17, 20 e 22 anos. “Aconselho que eles nunca usem drogas, trabalhem e estudem. Não quero que se espelhem em mim. Vi que a vida do crime não vale a pena. Quando sair daqui não quero mais estar em porta de cadeia. Minha família tem uma estrutura boa. Quero ficar com eles”.



*“O presídio não é o final do mundo. É o recomeço para que cheguem as mudanças”*

*Lília Melo, Diretora do Presídio Feminino*





## ORGANIZAÇÃO

Foto: Ascom/Sejuc

### *A rotina imposta às detentas e o cuidado com o ser humano fazem do Presídio Feminino o melhor de Sergipe*

Há dois anos e meio não é registrada no Presídio Feminino de Sergipe a entrada de drogas ou celulares. Há três anos mulheres já presas não ficam grávidas porque foi aplicado o planejamento familiar. Uma médica clínica geral visita as internas, voluntariamente, uma vez por semana, e a pediatra consulta os bebês toda última quinta-feira de cada mês, através de um convênio com a Prefeitura de Nossa Senhora do Socorro, cidade onde está localizado o presídio. Ao fazer a carteirinha de acesso ao presídio, os familiares recebem duas listas: uma com os dias e horários de visitas e outra com as normas para a entrada. A última fuga foi em 2009, no antigo prédio, em Aracaju. O Juiz da Vara de Execução Criminal também vai ao local mensalmente.

“O Presídio Feminino é um dos melhores estabelecimentos penais do Estado, talvez o melhor, em termos de estrutura física, areação, limpeza, suporte assistencial mesmo. Pena que a estrutura já está esgotada na sua lotação. O Estado precisa construir, com urgência, uma outra unidade para fazer a separação entre provisórias e condenadas de uma forma mais clara e também efetivar o cumprimento da pena em regime semiaberto”, constatou Hélio Mesquita, explicando que quando uma detenta adquire o direito ao semiaberto, imediatamente é concedido o regime aberto domiciliar pela falta de presídio.

Uma vez por mês, o Juiz da VEC vai ao Presídio Feminino para verificar a regularidade das instalações físicas, a estrutura, assistência material e médica. “Além disso, eu termino conversando com muitas delas. Em relação às presas provisórias, eu pouco tenho a fazer. Em alguns casos mais graves, encaminho e-mail ao colega responsável pelo processo. Mas com as condenadas eu posso, saindo dali com a solicitação dela, chegar ao gabinete

e resolver a situação, a exemplo de saída para tratamento médico. O encarceramento feminino é especial”, enfatizou o magistrado.

No Presídio Feminino também há três apartamentos exclusivos para as visitas íntimas, com cama de casal e banheiro com vaso sanitário e chuveiro. O berçário tem capacidade para cinco berços e na sala da direção não faltam leites especiais para os recém-nascidos. Mas além de todos os serviços oferecidos, a higiene e a organização, um programa de ressocialização, em especial, tem transformado a vida de algumas internas. É o *Penarte*, projeto que oferece aulas de teatro, música e literatura.

Em 2012, elas apresentaram no Teatro Atheneu a peça ‘O dia em que os cadeados se rebelaram’, com base em textos do guarda prisional, escritor e poeta Cláudio Viana. Este ano, o tema da peça foi ‘As violetas são belas e as abelhas violentas’, do mesmo autor. Quarenta detentas se apresentaram, no dia 10 de dezembro, no mesmo teatro. Elas também fizeram uma homenagem aos 450 anos de nascimento de Shakespeare, a ser comemorado em 2014, e apresentaram uma intervenção no foyer do teatro com sete sonetos de autoria do inglês.

Outro projeto bastante comentado pelas internas é o de literatura, desenvolvido pelo poeta e jornalista Araripe Coutinho, toda terça-feira no presídio. “Eu procuro fazer aqui na cadeia tudo que sirva para o meu crescimento lá fora. E Araripe, além de falar de literatura, é uma pessoa que tenta colocar a gente pra cima. Brinca, canta, traz palavras de conforto”, elogiou I.L., de 38 anos, presa por homicídio. “Elas sofrem muita discriminação, mas o presídio não é o final do mundo. É o recomeço para que cheguem as mudanças”, sentenciou a diretora Lilia Melo.

# Natal do TJSE reúne centenas de pessoas no Centro de Aracaju

*Programação contou com a apresentação de duas orquestras e encenação de auto natalino*



“Quem canta seus males espanta”. Foi assim que o pequeno Felipe Santos, do Abrigo Caçula Barreto, definiu a apresentação natalina do Tribunal de Justiça de Sergipe, que aconteceu na noite de 16 de dezembro, no Memorial do Judiciário, prédio construído em 1892 e localizado no Centro de Aracaju. O evento contou com um auto de Natal encenado pelo Grupo de Teatro Arte em Ação e a apresentação de cerca de 250 jovens da Orquestra Sinfônica e Coro da Universidade Federal de Sergipe, como também da Orquestra Sinfônica do Vale do Cotinguiba, todos sob a regência do Maestro Ion Bressan.

A sexta edição do evento trouxe como novidade a

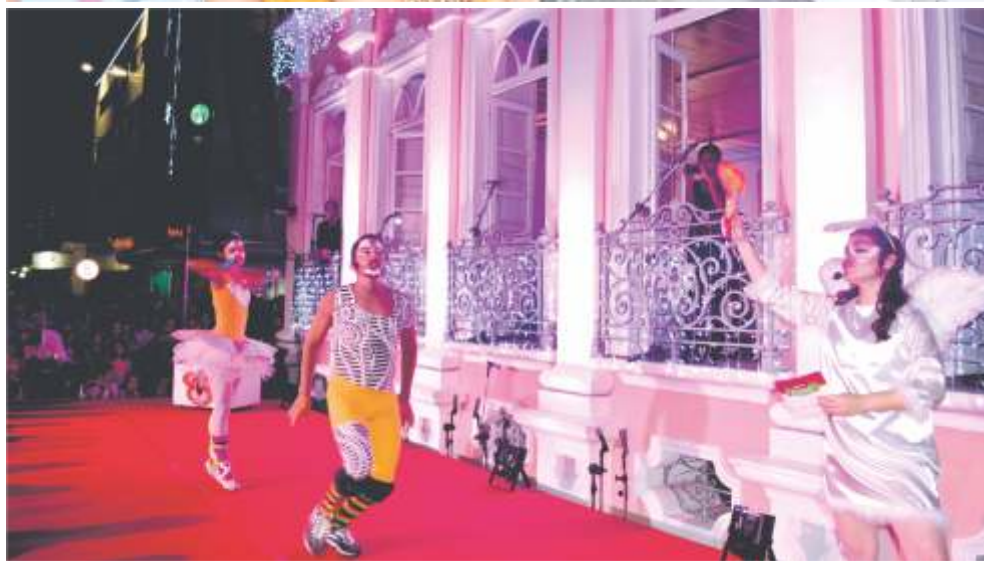
presença de convidados especiais: cerca de 100 crianças e adolescentes acolhidos em dez entidades localizadas em Aracaju e no interior do Estado. A iniciativa unificou as celebrações que, nos anos anteriores, vinham sendo promovidas pelo Memorial do Judiciário e pela Coordenadoria da Infância e da Juventude, no âmbito do *Programa de Apadrinhamento Ser Humano*, através do *Projeto É Natal!*

“O Memorial já realizava esse evento e a Coordenadoria fazia outra programação. Então, decidimos fazer uma confraternização só, trazendo crianças e adolescentes assistidos em entidades para verem o espetáculo”, explicou Vânia Barros, Juíza

Coordenadora da Infância e Juventude do TJSE, que ressaltou a importância do voluntariado nesse evento. “O voluntariado, algo que mobiliza todas as ações do *Programa de Apadrinhamento* da Coordenadoria da Infância e Juventude, somou-se a esse evento. A Orquestra e Coro da Universidade Federal de Sergipe e a Orquestra do Vale do Cotinguiba se apresentaram gratuitamente, bem como o grupo teatral”, completou.

O Presidente do TJSE, Desembargador Cláudio Déda, compareceu ao evento acompanhado da família e disse que uma apresentação é uma volta ao tempo. “Retorno à minha infância porque na minha cidade, em Simão Dias, eu sempre via esse tipo de

À direita, o Pres. do TJSE, Des. Cláudio Déda, ao lado da Juíza Vânia Barros, da CIJ, e familiares. Abaixo, apresentação do auto natalino e das Orquestras da UFS e do Vale do Cotinguiba, regidas pelo maestro Ion Bressan



apresentação musical. E vejo que essa orquestra é formada por muitos jovens e isso engrandece o nosso trabalho. É também um momento de se integrar com a sociedade”, comentou o presidente.

“Ficamos muito alegres com o convite porque é um evento tradicional, num belo prédio, e que vem casar com a nossa atividade com jovens, fazendo da música um instrumento de desenvolvimento”, disse o maestro, que apresentou um repertório vasto, com direito a trilha de cinema e músicas natalinas. Casados há 52 anos, José e Maria Célia Santos souberam do evento pelo rádio. “É um divertimento ótimo. Achei tudo lindo”, disse Maria.

# Direito ao voto do preso sentenciado



*Edson Ulisses de Melo\**

**A**vigente Constituição de 1988, do Brasil, proclamou com maior ênfase os direitos fundamentais, quando comparadas com as cartas políticas anteriores. No título dedicado aos princípios fundamentais, em seu artigo 1º, está gizado que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito. Um dos fundamentos é a “dignidade da pessoa humana”. Em prosseguimento, em seu artigo 4º, arremata que a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais por alguns princípios, entre eles a “prevalência dos direitos humanos”. E no artigo 15, do Capítulo IV, ao tratar dos direitos políticos, conclui que é vedada a cassação dos direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

A cidadania foi abordada de várias formas, por diversos autores, e tornou-se clássica e referencial a concepção de Thomas H. Marshall que, em sua obra, concebeu a cidadania como a participação integral do indivíduo na comunidade política. Valério de Oliveira Mazzuoli assinala ser a cidadania “um processo em constante construção, que teve origem, historicamente, com o surgimento dos direitos civis, no decorrer do século XVIII, chamado Século das Luzes, sob a forma de direitos de liberdade, mais precisamente a liberdade de ir e vir, de pensamento, religião, de reunião, pessoal e econômica, rompendo-se com o feudalismo medieval na busca da participação na sociedade”.

Assim, dentro da ideia de que a cidadania envolve maior participação na sociedade, inserem-se os direitos políticos.

Em recente e polêmico julgamento do STF, conhecido como ‘mensalão’, foi abordada esta questão conforme se depreende de sua ementa do texto abaixo:

(...) Como consequência, é ao Supremo Tribunal Federal que compete a aplicação das penas cominadas em lei, em caso de condenação. A perda do mandato eletivo é

uma pena acessória da pena principal (privativa de liberdade ou restritiva de direitos), e deve ser decretada pelo órgão que exerce a função jurisdicional, como um dos efeitos da condenação, quando presentes os requisitos legais para tanto. 2. Diferentemente da Carta outorgada de 1969, nos termos da qual as hipóteses de perda ou suspensão de direitos políticos deveriam ser disciplinadas por Lei Complementar (art. 149, §3º), o que atribuía eficácia contida ao mencionado dispositivo constitucional, a atual Constituição estabeleceu os casos de perda ou suspensão dos direitos políticos em norma de eficácia plena (art. 15, III). Em consequência, o condenado criminalmente, por decisão transitada em julgado, tem seus direitos políticos suspensos pelo tempo que durarem os efeitos da condenação. 3. A previsão contida no artigo 92, I e II, do Código Penal, é reflexo direto do disposto no art. 15, III, da Constituição Federal. Assim, uma vez condenado criminalmente um réu detentor de mandato eletivo, caberá ao Poder Judiciário decidir, em definitivo, sobre a perda do mandato. (...) A perda dos direitos políticos é “consequência da existência da coisa julgada”. (...) Decretada a suspensão dos direitos políticos de todos os réus, nos termos do art. 15, III, da Constituição Federal. Unânime. 7. Decretada, por maioria, a perda dos mandatos dos réus titulares de mandato eletivo<sup>1</sup>.

O artigo 15, inciso III, da Constituição Federal não distingue o tipo de crime que originou a condenação, nem a qualidade ou quantidade da pena imposta. Assim, não importa tratar-se de contravenção ou crime, delito doloso ou culposos, apenado com reclusão ou detenção, ou se condenação à pena privativa de liberdade, restritiva de direitos ou pecuniária.

Segundo a Súmula 9 do TSE, “a suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa com o cumprimento ou a extinção da pena, independentemente de reabilitação ou de prova de reparação dos danos”, (publicada no DJ de 28, 29 e 30/10/1992).

## A situação dos presos provisórios

Considerando a disposição contida no art. 15, inciso III,

da CF/88, não há dúvida de que, enquanto não advier sentença penal condenatória transitada em julgado, os presos provisórios mantêm seus direitos políticos. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), na Resolução nº 14, de 11/11/1994, assegura os direitos políticos do preso provisório.

A Organização das Nações Unidas (ONU), em Resolução adotada pela Assembleia Geral, consagrou medidas para assegurar a implantação da votação universal para presos, consubstanciadas em diversos diplomas internacionais, inclusive ratificados pelo Brasil. O TSE, por meio da Resolução nº 23.219, visando assegurar os direitos políticos dos presos políticos, estabeleceu a instalação de seções eleitorais especiais em estabelecimentos penais e de internação de adolescentes.

O voto do preso provisório existe em alguns Estados desde 2002, como é o caso de Sergipe. Nas eleições de 2008, 11 Estados asseguraram a votação de presos provisórios em algumas penitenciárias. No ano de 2010, 18.928 presos provisórios participaram das eleições em 335 zonas eleitorais espalhadas pelo Brasil. Em 2012, foram 8.871 eleitores que estavam na condição de presos provisórios.

Nesta análise não poderia deixar de abordar a PEC 65/2003 que, a propósito, tramitou no Congresso Nacional propondo uma nova redação ao artigo 14 e a revogação do inciso III do artigo 15 da CF/88, de forma a permitir o voto facultativo dos presos e manter a sua inelegibilidade. Todavia, encontra-se arquivada.

Convém adiantar que a matéria poderá ser tratada por meio de PEC, pois a proibição de modificar os direitos fundamentais somente se aplica para suprimir. No caso será para acrescentar direitos fundamentais, harmonizando os textos constitucionais que asseguram a dignidade da pessoa humana.

Diante do que foi anteriormente exposto, não há espaço para dúvidas de que os presos provisórios, por ainda estarem no gozo de seus direitos políticos, mantêm o direito de votar (e ser votado). Todavia, a realidade brasileira revela não ter sido assegurado, plenamente, referido direito aos presos provisórios, pois alguns Tribunais Regionais Eleitorais alegam dificuldades em instalar seções eleitorais especiais em estabelecimentos prisionais.

Como no Brasil, muitas vezes, acontece um descompasso entre a realidade e o Direito, sendo, por isso, necessária a intervenção das instituições, da sociedade civil organizada, ONGs, entre outros, para que a cidadania possa ser plena, o que envolve, necessariamente, a

implementação do direito ao voto pelos presos provisórios.

Finalizando, este artigo tem objetivo promover uma reflexão acerca do voto do preso e seus efeitos nas políticas carcerárias no Brasil. Como se conhece, o sistema carcerário no Brasil está falido e tem merecido críticas das autoridades ligadas ao próprio sistema, como o Ministro da Justiça. A mídia tem divulgado o excesso da população carcerária e as suas mazelas.

Atualmente, a população carcerária no Brasil supera os 500 mil presos sem que sejam adotadas políticas públicas para resolver o problema, não apenas dos espaços físicos nas prisões, todavia, de políticas que permitam o cumprimento das penas privativas de liberdade, observando-se o que diz a lei das execuções penais que estabelece condições mínimas de dignidade da pessoa humana.

Sem dúvida, o voto do preso irá despertar o interesse do mundo político eleitoral por essa grande massa de prováveis eleitores, até então invisíveis do ponto de vista do respeito à dignidade da pessoa humana, frente o que diz a carta política brasileira, sabendo-se que basta um voto para decidir-se uma eleição.

---

*\* Vice-Presidente do TJSE. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) e do Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM). Ex-Presidente de quatro comissões do Conselho Federal da OAB: Direitos Humanos, Combate à Violência, Seguridade Social e Estudos da Legislação Processual*

1 AP 470, Relator Ministro Joaquim Barbosa, Tribunal Pleno, julgado em 17/12/2012, Acórdão Eletrônico DJe-074, divulgado em 19/04/2013 e publicado em 22/04/2013

# Projeto ajuda servidores do Judiciário a refletirem sobre aposentadoria



*Sheilla Tatiana Costa de Oliveira\* & Maria Edivaní Panta\*\**

No mundo atual, diferentemente de cem anos atrás, quando se constituíram o direito à aposentadoria, os indivíduos, ao se aposentarem, às vezes nem mesmo estão na faixa da terceira idade, período este, que devido a extensão na expectativa de vida, está postergado. Com essa maior perspectiva de vida existem atividades possíveis de serem realizadas que em épocas passadas eram inimagináveis.

Ao se planejar uma carreira, o ideal é realizar esse planejamento no contexto integrado ao planejamento de vida. Planejar é fundamental, sobretudo quando o que está em pauta é a estreita relação entre vida e carreira. Infelizmente, algumas pessoas percebem o planejar como uma maneira rígida de viver a vida. Não realizar um planejamento para o futuro, seja pela falta de consciência da necessidade de se planejar, seja pela crença de que não há como controlar o futuro, é uma forma ineficaz de não lidar com a nova situação. O não planejamento só reforça o caráter aversivo da aposentadoria. No entanto, planejar quer dizer pensar antecipadamente o que fazer para o futuro, mas, é claro, sempre de forma flexível e com a possibilidade de refazer trajetórias ou redirecionamentos. Partindo desse ponto de vista e de demandas advindas do atendimento clínico, psicológico e social, os profissionais da saúde e Humanas, capacitados, podem auxiliar o trabalhador antes da chegada da aposentadoria, ou seja, durante o período da carreira profissional.

Requerer a aposentadoria oficial e encerrar uma carreira formal implica escolher alternativas. Como aposentado, é inevitável pensar e decidir sobre uma segunda carreira, que pode ocorrer por meio da escolha de um trabalho autônomo ou de atividades realizadas de modo voluntário, por exemplo, ou em outras.

O fim das relações de trabalho tem um peso inquestionável na vida da pessoa, claro, devem-se considerar as diferenças individuais. Entendemos, que estar aposentado implica bem mais que apenas o término da carreira. Não ter mais as suas atividades laborais rotineiras praticadas ao longo de muitos anos, a quebra dos vínculos e a troca de hábitos cotidianos significam imposições de mudanças no mundo pessoal e social.

Por ser um período de transição, a aposentadoria pode proporcionar oportunidades para o crescimento pessoal. Havendo a devida atenção a esse momento por parte da instituição, torna-se viável a descoberta de novas potencialidades, mananciais de prazer, maturidade e evolução. Mudar o seu “status quo”<sup>1</sup> de forma abrupta, sem reflexão e orientação prévia pode fortalecer a manifestação de problemas nesse momento de reposicionamento da estrutura social e consequentes implicações nos planos da vida pessoal do servidor.

Acreditamos que a transição que ocorre na aposentadoria pode ser em muito facilitada quando são promovidas situações vivenciais no contexto organizacional, enquanto a pessoa ainda executa suas atividades de trabalho. É possível orientar a pessoa para novas possibilidades de ação, que, é óbvio, não se esgotam com o fim de uma carreira. As condições físicas e psíquicas de vida, entendidas como adaptação saudável, e as experiências passadas, consignadas no repertório de cada um, podem e devem orientar as mudanças que se fazem necessárias (Zanelli, Silva e Soares, 2010).

O *Projeto de Orientação para a Aposentadoria* (PROPA) consiste em apresentar para o servidor condições e meios para se ter uma boa aposentadoria e saber desfrutá-la, ocupando seu tempo com atividades prazerosas e salutares. Segundo Zanelli e Silva (1996), esse Programa é uma importante etapa de um processo que tem como objetivo principal a ressocialização do pré-aposentado, baseada no respeito ao ser humano e na consciência das modificações profundas que ocorrem no modo de viver desses indivíduos.

Segundo Silva, Almeida e Moraes (s/d), as empresas, nos dias atuais, com a implementação de um *Projeto de Orientação para a Aposentadoria*, entendem que, “além de auxiliarem no cumprimento de suas responsabilidades sociais, tais programas são excelentes ferramentas gerenciais. Ao assumirem essa responsabilidade fazem um duplo investimento. O primeiro, sobre os empregados que estão se aposentando que se sentem valorizados e mantêm um bom desempenho. O segundo, sobre os demais que observam o cuidado e o respeito que a organização tem pelas

pessoas, constatação esta que vem a fortalecer as relações de trabalho”. (Muniz, 1996) ressalta que para o empregado, o programa é uma oportunidade de obter informações adequadas sobre a aposentadoria; identificar alternativas de atividades pós-aposentadoria; conhecer os recursos que a comunidade dispõe (como associações, programas específicos etc.); e discutir, com pessoas que estão vivenciando um momento semelhante, seus medos, ansiedades, sonhos e aspirações.

Vale acrescentar que a Política Nacional do Idoso, através da Lei nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994, propõe a criação e a manutenção de programas de preparação para aposentadoria nos setores público e privado com antecedência mínima de dois anos antes do afastamento. Já o Estatuto do Idoso, através da Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, estimula programas dessa natureza, ressaltando que devem ser realizados preferencialmente com antecedência mínima de um ano, com o intuito de estimular o pré-aposentado a realizar novos projetos sociais conforme seus interesses, esclarecendo também seus direitos sociais. (Rodrigues, Ayabe, Lunardelli e Canêo, 2005).

O PROPA preza principalmente pela participação voluntária; incentivo à autonomia nas decisões pessoais; engajamento na escolha dos temas a serem abordados no projeto, além de atestar o comprometimento da instituição com os seus servidores. Mesmo tendo diretrizes, a coordenação do projeto faz uso da técnica do *brainstorming*<sup>2</sup>, acreditando que essa fortalece a participação e o comprometimento do servidor ao grupo, uma vez que suas próprias demandas são trabalhadas.

Desde a sua implementação, em 04 de maio de 2011, até a data atual, quatro grupos foram organizados com técnicas que variavam de acordo com o perfil, ou demanda grupal, a exemplo de formulação de projetos de vida baseados em novas atividades, tais como, pintura artística, trabalhos manuais e de decoração no intuito de modificar o meio ambiente doméstico para que esse venha a se tornar mais acolhedor; fisioterapia como incentivo ao cuidado e conhecimento do próprio corpo. Houve palestra também sobre as regras da aposentadoria. Ressaltamos que a colaboração de palestrantes do próprio quadro de servidores do TJ/SE, como também convidados foi valiosa. Além desses, temas reflexivos foram trabalhados, a exemplo de: "aceitação", "sentido da vida", "auto-conhecimento" e a espiritualidade. Houve também, em todos os quatro grupos, passeios a lugares escolhidos pelo mesmo, com o objetivo de possibilitar ao servidor a percepção de que existem prazeres que podem ser estendidos para o período da aposentadoria.

Sabe-se que, em qualquer situação na qual o indivíduo tenha investido sua energia vital, seja de natureza psíquica, social ou orgânica, ele o faz direcionando-a para o seu

princípio, meio e fim, quando, por qualquer que seja a razão, a ação a que se propôs não é finalizada, persiste no seu íntimo a sensação de “vazio” e incompletude, originadas da ansiedade, que grande parte das vezes, é transformada em adoecimento psíquico e, pode gerar também, repercussões negativas no corpo e vida social da pessoa. Essa é a finalidade maior do *Projeto de Preparação para a Aposentadoria – PROPA* – proporcionar aos servidores participantes, possibilidades de fazer do fim da carreira jurídica o início de uma nova etapa de vida, usufruindo a percepção de mundo já amadurecida e das relações com o meio positivas e consequentemente, frutíferas.

Tal proposta proporcionou aos servidores, que estão em vias de se aposentar, a reflexão e o posterior delineamento de novos projetos de vida a serem realizados no período da sua aposentadoria, acendendo assim, como uma das consequências, a minimização da ansiedade destes com relação a esse período de suas vidas, bem como, a percepção de se sentirem mais valorizados pela instituição na qual serviram por tantos anos, associando assim a esta fase um sentimento de ressignificação o qual contribui em última análise para o seu bem-estar biopsicossocial<sup>3</sup>, além disso, alguns dos temas, levaram os indivíduos à reflexão e percepção sobre aspectos de sua existência e/ou de sua personalidade que antes não haviam sido incitados.

De acordo com a avaliação realizada com todos os grupos de participantes, o fato acima narrado era uma constante entre os que ali estavam, no entanto, foi possível verificar que todos os objetivos viabilizados como diretrizes bem como os sugeridos pelo grupo foram alcançados.

Em janeiro de 2014, o quinto grupo terá início. Outro desafio a ser trilhado.

---

\* Psicóloga Clínica do TJSE, com especialização em Clínica Psicanalítica, e Professora do Curso de Psicologia da Faculdade Pio Décimo  
\*\* Assistente Social do TJSE

1 *Status quo* é a forma abreviada da expressão latina *in statu quo res erant ante bellum* ("no estado em que as coisas estavam antes da guerra"). Empregam-se estas expressões, geralmente, para definir o estado de coisas ou situações. Elas são sempre empregadas nas formas "manter o status quo", "defender o status quo" ou, ao contrário, "mudar o status quo". Por fim, a expressão se refere ao estado atual das coisas.

2 *Brainstorming*, em inglês literal, significa "tempestade cerebral", não é apenas uma metodologia de dinâmica grupal, mas uma técnica usada como ferramenta para auxiliar à coordenação a identificar as potencialidades criativas de um grupo ou indivíduo.

3 Biopsicossocial é uma forma de significar o humano, levando três conceitos em consideração, o biológico, o psicológico e o meio social no qual o homem esteja fazendo parte, a qual amplifica a nossa compreensão do elemento estudado.

# Exames de rotina: a importância que eles têm para a sua saúde

*Vá ao médico pelo menos uma vez ao ano e previna uma série de doenças*

Janaina Cruz e Maíra Silveira

**O**s exames periódicos *e x i s t e m*, principalmente, para prevenir agravos à saúde do paciente. É o chamado *check-up*. Alguns tipos podem ser feitos a cada trimestre, semestre, anualmente ou até mesmo em um intervalo de tempo mais longo, isso vai depender da patologia de cada paciente. Mas uma das clínicas gerais do Centro Médico do Tribunal de Justiça de Sergipe, Vera Simone Moura, aconselha os seus pacientes a fazerem pelo menos uma vez por ano os exames de rotina.

O médico costuma, inicialmente, conversar com o paciente para saber o que ele sente e quais os sintomas que estão incomodando. Em seguida, vem a parte do interrogatório, que procura detalhar a anamnese, que nada mais é do que o ponto inicial no diagnóstico de uma doença, e por fim o exame clínico. “Vale lembrar que essa fase inicial do exame é importantíssima. Quanto mais claro e objetivo for o paciente no relato de sua doença, com mais facilidade conseguimos estabelecer uma boa relação médico-paciente, realizando um exame clínico minucioso e objetivando a precisão do diagnóstico”, afirma Vera.

Com a difusão dos meios de comunicação e a rapidez da



informação cada vez maiores, o paciente já chega ao consultório médico trazendo vários dados e questionamentos acerca dos seus sinais e sintomas. É fundamental esclarecer todas as dúvidas com o médico, já que o mesmo é a pessoa habilitada para ajudá-lo naquele momento. Por isso mesmo são solicitados os exames complementares, que como o próprio nome diz, irão servir para embasar o diagnóstico.

Para cada exame em particular, existe uma infinidade de doenças que podem ser detectadas. Elas podem ser agudas ou crônicas, congênitas ou adquiridas, infecciosas, inflamatórias ou autoimunes. Os

exames periódicos podem diagnosticar desde uma simples anemia ou um diabetes inicial até um caso de câncer. Se muitas vezes não é possível evitar o surgimento da doença, esses exames servem para tratá-las numa fase mais precoce, o que é sempre melhor para evitar as complicações.

O médico vai passar uma guia de exames de acordo com a idade do seu paciente. Muitas pesquisas são feitas baseadas na frequência com que os casos ocorrem acometendo essa ou aquela faixa etária. Crianças e adolescentes também realizam consultas periódicas com o pediatra. Doenças como diabetes, hipertensão,

*O paciente deve relatar os sintomas com clareza para que o diagnóstico do médico seja mais preciso. No Centro Médico do TJSE, os servidores podem auferir a pressão arterial diariamente.*

obesidade, insuficiência renal, dentre outras, podem ser prevenidas e tratadas desde a infância. Portanto, o *check-up* é importante para a saúde de qualquer pessoa, independente da sua idade. Ele previne, confirma ou ajuda a solucionar maiores complicações. E você, já fez os seus exames preventivos este ano?

**Facilidade**

O Centro Médico e Odontológico do Tribunal de Justiça de Sergipe é dividido nos setores médico, odontológico, de enfermagem, psicologia, serviço social, fisioterapia e junta/perícia médica. Anualmente são atendidas mais de cinco mil pessoas somente no setor médico. De acordo com a médica Vera Simone, ter um Centro Médico-Odontológico no local de trabalho foi uma conquista do servidor. Diariamente, homens e mulheres buscam atendimento ambulatorial no local para consultas de rotina ou mesmo para alguma consulta de urgência, como, por exemplo, um quadro febril devido a uma amidalite, infecção urinária ou apendicite.

Segundo a médica, não há nenhuma resistência por parte dos servidores do Judiciário para se submeterem aos exames de rotina. “Pelo contrário, noto que eles são preocupados com a saúde, realizam os seus exames periódicos e em sua grande maioria tentam seguir as orientações médicas. Sabemos que quando temos saúde, temos o corpo e a mente em equilíbrio. Assim, executamos com mais energia e satisfação nosso trabalho. Isso é revertido num melhor desempenho e no aumento da produtividade”, declara.



*“Quanto mais claro e objetivo for o paciente no relato de sua doença, com mais facilidade conseguimos estabelecer uma boa relação médico-paciente”*

*Vera Simone Moura, clínica geral que atende no Centro Médico do TJSE*

*Saiba quais são os principais exames de rotina e o que eles podem diagnosticar*

| EXAMES                                                                            | O QUE PODE DIAGNOSTICAR                                                                                                       |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Hemograma completo                                                                | Anemia e infecções                                                                                                            |
| Glicemia                                                                          | Diabetes                                                                                                                      |
| Provas de função hepática                                                         | Cirrose, hepatites                                                                                                            |
| Uréia e creatinina                                                                | Infecções renais, insuficiência renal                                                                                         |
| Lípidograma                                                                       | Colesterol e triglicérides                                                                                                    |
| Hormônios tireoidianos e/ou ovarianos                                             | Dependerão das queixas de cada paciente                                                                                       |
| Exames específicos para o coração                                                 | Dependerão se o paciente é hipertenso, sedentário ou se possui antecedentes familiares de doença coronariana (infarto ou AVC) |
| Eletrocardiograma, teste ergométrico, MAPA                                        | Hipertensão arterial                                                                                                          |
| Holter de 24h                                                                     | Identifica arritmias                                                                                                          |
| Ultra-sonografia total do abdômen                                                 | Avalia múltiplos órgãos                                                                                                       |
| Ultra-sonografia da tireóide                                                      | Identifica algum nódulo, inflamação ou distúrbio hormonal                                                                     |
| ESPECÍFICOS PARA MULHERES                                                         |                                                                                                                               |
| Colposcopia, colpo-citologia oncológica, ultrassonografia pélvica ou transvaginal | Previne câncer ginecológico                                                                                                   |
| Ultrassonografia mamária ou mamografia                                            | Previne câncer de mama                                                                                                        |
| ESPECÍFICOS PARA HOMENS                                                           |                                                                                                                               |
| Consulta com urologista                                                           | Estudo da próstata, principalmente após os 45 anos                                                                            |
| PSA livre e total                                                                 | Previne câncer de próstata                                                                                                    |





## *Já preparou sua listinha de planos para 2014?*

Todo ano é assim, muita gente já adquiriu o hábito de fazer uma lista de projetos a serem realizados nos próximos 12 meses. Entre os itens mais comuns estão entrar na academia, estudar para um concurso, viajar... e por aí vai. Mas será que isso ajuda mesmo? E como lidar com a frustração, ao chegar dezembro, e ver que poucos daqueles sonhos foram concretizados? Para responder essas questões, fomos conversar com uma das psicólogas do Centro Médico do nosso Tribunal, Carina Andrade Argolo. As dicas são bem interessantes, confira!

## *Fazer uma lista: sim ou não?*

Sim, mas listas muito grandes e sem planejamento provavelmente trarão resultados negativos. Pensar em listas menores com objetivos claros, com um planejamento flexível e adequado resulta em maior probabilidade de resultados positivos. No momento de elaborar as metas, é necessário pensar se cada objetivo é realmente viável. Por exemplo, se pensamos em cuidar da saúde, perder peso, precisamos primeiramente procurar médicos, nutricionistas e profissionais da área de educação física para analisarem juntos o estado de saúde em que nos encontramos. Colocar como meta perder 20 kg sem pensar em como fará para alcançar este objetivo provavelmente trará frustração no final do próximo ano. Também existem metas fáceis e possíveis de realizar, mas existem outras que esbarram na subjetividade de cada um. Quando envolvem ser menos impulsivo ou explosivo, ou seja, mudanças que se referem a aspectos da personalidade, por exemplo, que são questões que ultrapassam a vontade consciente de cada um, a ajuda de um profissional da psicologia será de grande valia.

## *O que fazer para cumprir os planos?*

É necessário ter flexibilidade, refazer os planos e reprogramar a proposta inicial. Assim, a chance de êxito será maior. É importante pensar que quando se busca a felicidade em bens materiais, muitas vezes esse sentimento será instantâneo. A busca pela felicidade envolve questões da subjetividade e deve ser construída a partir das particularidades humanas e de acordo com a história de vida e o desejo de cada sujeito. Quanto maior a expectativa que se cria, maior a ansiedade e a frustração caso os objetivos não obtenham o êxito desejado.

## *Como lidar com a frustração de não cumprir as metas?*

Precisamos ter consciência dos nossos limites físicos e mentais e sempre devemos pensar em quais as metas não foram alcançadas e o porquê. Será que as metas propostas por você eram possíveis? Trabalhou com empenho para obter êxito no cumprimento das metas? Será que você precisa de uma ajuda profissional? O Psicólogo pode oferecer um lugar de acolhimento do sofrimento, sem julgamento e nem preconceitos, onde o sujeito pode expor suas angústias. Por isso, o setor de Psicologia do Centro Médico do TJSE foi criado e está à disposição dos servidores, para ajudá-los na busca de seus objetivos.

## O QUE ELES ESPERAM DE

# 2014



*Aleksandra Santos*

Há treze anos ela traz beleza, simpatia e bom atendimento à recepção do TJ. Sua fé em Deus, motivou-a realizar o sonho do financiamento de um apartamento. Concluir a graduação em Licenciatura é outro sonho que Aleksandra cultiva e que até 2015 deve ser realizado. Seu grande desejo agora é priorizar o presente e construir uma família.



*Adriana do Piani  
Barbosa*

Ela é técnica Judiciária e trabalha na secretaria do Fórum de Tobias Barreto. Conta que gosta muito do interior, mas pretende morar em Aracaju futuramente. Um sonho para 2014 é melhorar enquanto profissional e pessoa, continuar escrevendo artigos e estudar cada vez mais.



*Des. Suzana Maria  
Carvalho Oliveira*

De bem com a vida, descontraída e atenciosa, a atual Corregedora Geral de Justiça do TJ sente-se realizada com a formação profissional em Direito dos seus quatro filhos. O seu grande desejo é a paz, fundamentada na saúde familiar, e continuar se reunindo com parentes e amigos na casa de praia do Saco para um joguinho de buraco.



*Acácio Jiomar dos  
Reis Santos*

Ele é o Diretor de Gestão de Pessoas e chamado de 'arquivo ambulante' pelos colegas de trabalho, pois sabe tudo sobre pagamento e trabalha há 33 anos no TJ. Seu desejo maior é a conclusão da formação superior dos três filhos e que continuem estudando para ingressarem em concurso público. Ele também valoriza uma vida saudável e pretende gozar sua aposentadoria numa linda fazenda, juntamente com os familiares, sonho que alimenta desde criança.



*Ary Andrade  
de Vieira*

Ele passa a semana na secretaria do Fórum de Tobias Barreto, mas aguarda com ansiedade o final de semana para retornar ao aconchego do lar em São Cristóvão. A família é prioridade em sua vida, assim como a saúde, as verdadeiras amizades, o amor sincero e a fé em Deus. Ary deseja para 2014 conhecer alguns lugares, sem esquecer de continuar estudando para o mestrado e aprovação em outro concurso público.

# DICAS DE LIVROS



## **Manual da Responsabilidade Civil do Estado**

**Felipe Peixoto Braga Netto**

*Editora Juspodivm*

A obra tem um propósito muito claro: enfrentar toda a problemática do tema a partir das premissas da teoria do fato jurídico e com olhos postos na jurisprudência dos Tribunais Superiores brasileiros. O autor adotou uma metodologia adequada: é livro para ficar à mão do operador do Direito, para o uso diário, pois nele certamente se encontrará a resposta ao problema pesquisado, ou ao menos a trilha correta para ela.



## **Do Crime Continuado**

**Ney Fayet Júnior**

*Editora Livraria do Advogado*

No delito continuado encontram-se diversos atos criminosos, os quais a lei, entretanto, declara como elementos configuradores de um só evento, ou seja, um só crime, e continuado. Deve-se reconhecer o crime continuado como uma unidade jurídica que desponta a partir de um artifício legal, sem, contudo, possuir existência no plano ontológico.



## **Legislação Eleitoral Interpretada - Doutrina e Jurisprudência**

**Rui Stoco e Leandro de Oliveira Stoco**

*Editora RT*

Traz novos acórdãos dos Tribunais Superiores referentes à interpretação da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/2010), com também novos comentários de doutrina sobre hipóteses de inelegibilidade, condutas vedadas aos agentes públicos em campanha eleitoral, propaganda eleitoral, sistema recursal e dos recursos em espécie.



## **Manual de Direito das Famílias**

**Maria Berenice Dias**

*Editora Revista dos Tribunais*

De maneira didática e objetiva, a autora faz uma leitura moderna e crítica do atual Código Civil. Traz uma apresentação diferenciada dos temas convencionais, com assuntos que normalmente não aparecem no Direito de Família, entre os quais famílias plurais, situação legal da mulher e dano moral. Faz referências às posições divergentes da doutrina e às orientações jurisprudenciais distintas, sempre colocando seu ponto de vista nas questões que geram maior polêmica.

Todos esses livros, como também revistas e publicações, estão disponíveis na Biblioteca Central Desembargador Gervásio Prata, no 6º andar do Anexo Administrativo II do Palácio da Justiça, na rua Pacatuba, 55, Centro de Aracaju.

# saber **OUVIR** é o primeiro passo para se fazer **Justiça**



Com objetivo de aumentar a participação da sociedade no aperfeiçoamento dos serviços jurisdicionais, o Tribunal de Justiça de Sergipe potencializa as atividades da sua Ouvidoria-Geral. Tendo um Desembargador como Ouvidor, o serviço tem como principais finalidades receber consultas, informações, sugestões, reclamações, críticas, denúncias e elogios dos usuários sobre as atividades do Judiciário sergipano, além de prestar esclarecimentos sobre a sua atuação.

SEGUNDA A  
SEXTA-FEIRA  
**07 às 18h**

**Disque Ouvidoria:**

3226-3875 / 0800 079 0008,  
opção 05

**Ouvidor Virtual:**

[ouvidoria@tjse.jus.br](mailto:ouvidoria@tjse.jus.br)

**Formulário Eletrônico:**

[www.tjse.jus.br/ouvidoria](http://www.tjse.jus.br/ouvidoria), no  
campo Manifeste-se

**Atendimento Presencial:**

Palácio da Justiça  
Praça Fausto Cardoso,  
112, 2º andar, Centro, Aracaju/SE



**OUVIDORIA GERAL**  
DO PODER JUDICIÁRIO DE SERGIPE

Ela pode !

Ele pode !

# **MANTER A PAZ !**

Mulheres e Homens, juntos,  
pelo fim da violência doméstica.



COORDENADORIA  
DA MULHER



PODER JUDICIÁRIO  
DO ESTADO DE SERGIPE